

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

**A TRANSIÇÃO PARA O SISTEMA DE
NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E A ADOÇÃO
DO JUSTO VALOR – IMPACTOS NUMA EMPRESA
PORTUGUESA**

RICARDO JOSÉ RAMOS DE ANDRADE

Orientação: Professora Doutora Cristina Gaio

Presidente: Professor Doutor Pedro Verga Matos

Vogais: Professora Doutora Cristina Gaio

Professora Mestre Inês Pinto

Maio, 2011

“O pessimista queixa-se do vento, o optimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas”

William George Ward

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de projecto teve a colaboração de diversas pessoas, às quais quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, quero agradecer à orientadora deste trabalho, a Professora Doutora Cristina Gaio, tanto pela disponibilidade demonstrada, como pelas críticas e sugestões que foram fundamentais para a execução deste trabalho.

Quero agradecer aos meus pais e irmãos pelo apoio e paciência que sempre me transmitiram ao longo deste trabalho.

Por fim, e de modo especial, quero agradecer à minha Andreia, pela força que me deu e compreensão que demonstrou durante todo o tempo necessário à realização deste trabalho.

A todos, muito obrigado.

Resumo

A adopção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro constitui um marco fundamental na contabilidade portuguesa, uma vez que foram introduzidas alterações de fundo no normativo contabilístico português, aproximando-o do normativo internacional de contabilidade. Desta forma, numa primeira fase do trabalho foi analisado a génese do SNC e as diferenças tanto face ao Plano Oficial de Contabilidade, como face às International Accounting Standards. Numa segunda fase, foi simulada, numa empresa portuguesa (Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.) a transição para o SNC, focando-se a análise essencialmente na forma de determinação do justo valor e no seu impacto, tanto nas demonstrações financeiras, como nos principais rácios financeiros. Os resultados sugerem que a mudança de normativo contabilístico na empresa em questão, origina diferenças significativas ao nível do activo que aumentou 16%, do passivo que cresceu 6%, do capital próprio que aumentou 77% e no resultado líquido do exercício que decresceu 376%. Estas variações têm consequências nos rácios financeiros, traduzindo-se numa melhoria dos rácios de estrutura de capital e de endividamento e deteriorando os rácios de rentabilidade.

Palavras-Chave: Sistema de Normalização Contabilística, Plano Oficial de Contabilidade, Internacional Financial Accounting Standards, Justo Valor, Demonstrações Financeiras, Rácios financeiros

Abstract

The adoption of Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro is certainly a milestone in Portuguese accounting, since there have been substantial changes in the Portuguese accounting standards, which have brought them into the line with international financial accounting standards. The first part of this study analyses the origins of the SNC and the differences when compared to Plano Oficial de Contabilidade and the International Accounting Standards. The second part of the study simulates the transition to the SNC in a Portuguese company (Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.), focusing mainly on the method of determining the fair value and the resulting impact both in the financial statements and in the company's financial ratios. The results suggest that the change of accounting standards in the analyzed company generates significant differences in assets, which increased 16%, in liabilities that grew 6%, in equity increasing 77% and in net income which decreased 376%. These variations have impact in financial ratios, resulting in improved ratios of capital structure and debt and deteriorating profitability ratios.

Key-words: Sistema de Normalização Contabilística, Plano Oficial de Contabilidade, Internacional Financial Accounting Standards, Fair Value, Financial Statements, Financial ratios

ÍNDICE

Capítulo I – INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo II – SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA.....	12
2.1 – O Sistema de Normalização Contabilística.....	12
2.2 – Análise das principais diferenças entre os normativos contabilísticos.....	16
2.2.1 – NCRF 1 / POC / IAS 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.....	17
2.2.2 – NCRF 3 / IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das NCRF.....	19
2.2.3 – NCRF 7 / POC / IAS 16 – Activos fixos tangíveis.....	21
2.2.4 – NCRF 11 / POC / IAS 40 – Propriedades de investimento.....	23
2.2.5 – Formas de mensurar o justo valor.....	26
Capítulo III – REVISÃO DE LITERATURA.....	29
3.1 – Estudos sobre o impacto da adopção do SNC.....	29
3.2 – Custo histórico Vs Justo valor.....	31
Capítulo IV – ESTUDO PRÁTICO DA ALTERAÇÃO DO NORMATIVO CONTABILÍSTICO.....	34
4.1 – Apresentação da empresa.....	34
4.2 – Conversão do balanço de POC para SNC a 01.01.2009 e a 31.12.2009.....	35
4.3 – Conversão da demonstração dos resultados de POC para SNC.....	49
4.4 – Divulgações exigidas pela NCRF 3.....	53
Capítulo V – ANÁLISE DOS RÁCIOS FINANCEIROS.....	55
5.1 – Rácios de estrutura de capital.....	55
5.2 – Rácios de endividamento.....	56
5.3 – Rácios de rentabilidade.....	58
Capítulo VI – CONCLUSÃO.....	60
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXOS.....	66
Anexo 1 – Balancete geral a 31.12.2008 e a 31.12.2009.....	67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1: Elementos que compõem o SNC.....	12
Quadro n.º 2: Diferenças na estrutura conceptual entre o POC e o SNC.....	17
Quadro n.º 3: Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras sob o POC e o SNC.....	18
Quadro n.º 4: Activos fixos tangíveis sob o normativo POC e SNC.....	21
Quadro n.º 5: Propriedades de investimento sob normativo POC e SNC.....	24
Quadro n.º 6: Registo do justo valor da propriedade de investimento.....	35
Quadro n.º 7: Anulação da reserva de reavaliação.....	39
Quadro n.º 8: Anulação dos custos diferidos.....	39
Quadro n.º 9 Anulação das contas a pagar de comissões sobre direitos de ingresso e comissões sobre remunerações.....	41
Quadro n.º 10: Anulação da conta de proveitos diferidos referente a direitos de ingresso.....	42
Quadro n.º 11: Anulação da conta a receber de direitos de ingresso.....	43
Quadro n.º 12: Anulação dos custos diferidos referentes à cogeração.....	43
Quadro n.º 13: Reconhecimento do passivo financeiro pelo método do custo amortizado.....	44
Quadro n.º 14: Registo do justo valor do derivado de cobertura.....	45
Quadro n.º 15: Desempolamento da taxa de esgoto.....	46
Quadro n.º 16: Comparação do balanço a 01.01.2009.....	48
Quadro n.º 17: Comparação do balanço a 31.12.2009.....	48
Quadro n.º 18: Registo da variação do justo valor da propriedade de investimento.....	49
Quadro n.º 19: Anulação das comissões sobre remunerações e direitos de ingresso.....	49
Quadro n.º 20: Anulação das benfeitorias e fit-outs.....	50
Quadro n.º 21: Anulação do reconhecimento na demonstração dos resultados dos direitos de ingresso.....	50
Quadro n.º 22 Anulação dos custos associados à reparação do serviço de cogeração.....	51
Quadro n.º 23: Desempolamento da taxa de esgoto.....	51
Quadro n.º 24: Reclassificação dos proveitos extraordinários.....	52
Quadro n.º 25: Comparação da demonstração dos resultados.....	52
Quadro n.º 26: Reconciliação do capital próprio a 01.01.2009.....	53
Quadro n.º 27: Reconciliação do capital próprio a 31.12.2009.....	53
Quadro n.º 28: Reconciliação do resultado líquido do exercício a 31.12.2009.....	54
Quadro n.º 29: Rácio de autonomia financeira.....	55
Quadro n.º 30: Rácio de solvabilidade.....	56

Quadro n.º 31: Rácio capacidade de endividamento.....	56
Quadro n.º 32: Rácio de endividamento.....	57
Quadro n.º 33: Rácio Debt-to.equity.....	57
Quadro n.º 34: Rácio de rendibilidade dos capitais próprios.....	58
Quadro n.º 35: Rácio de rendibilidade do activo.....	59

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1: Normativo a aplicar segundo tipologia de empresa.....	14
Figura n.º 2: Transição para o SNC.....	20

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no âmbito do Mestrado em Ciências Empresariais do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), sendo que a escolha do tema decorre tanto da sua actualidade, face às profundas alterações que advêm da mudança de normativo contabilístico em Portugal, como da constante necessidade de actualização de conhecimentos, em virtude da actividade profissional exerço, dado que sou auditor na Deloitte & Associados, SROC, S.A há dois anos.

Conforme Boto (2009, pág. 4), “o relato financeiro em Portugal está a sofrer um importante e abrangente processo de transformação”. Este processo de transformação referido por Boto está relacionado com a adopção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). A adopção deste novo normativo contabilístico é a resposta portuguesa à necessidade de harmonização reclamada pelo regulamento (CE) nº 1606/2002 ⁽¹⁾.

Neste sentido, o objectivo deste trabalho, centra-se em compreender a génese do SNC e estudar as principais alterações introduzidas por este normativo contabilístico, quando comparado com o Plano Oficial de Contabilidade ⁽²⁾ (POC).

Assim, foi simulado para a empresa Centro Colombo – Centro Comercial, S.A. (Colombo), cujo negócio se centra no arrendamento de espaços comerciais, a transição do POC para o SNC. Desta forma, partindo do balancete geral POC, foram propostos e explicados todos os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras para que estas fiquem de acordo com o novo normativo contabilístico nacional. Posteriormente foi comparado o balanço e a demonstração dos resultados sob ambos os normativos e calculados rácios financeiros de estrutura de capital, de endividamento e de rendibilidade de forma a aferir sobre a materialidade dos impactos da alteração do normativo contabilístico.

Segundo Rodrigues (2009), uma das principais alterações introduzidas pelo SNC, prende-se com o incentivo dado à valorização de activos e passivos pelo justo valor, ao invés do custo histórico, que era o critério de mensuração comumente usado no POC. Assim, foi dado especial enfoque à análise dos

¹ Regulamento que veio introduzir as normas internacionais de contabilidade na Comunidade Europeia com vista a harmonizar e assegurar um elevado grau de transparência e comparabilidade entre as demonstrações financeiras das empresas dos diversos países que compõem a Comunidade Europeia.

² As referências efectuadas ao POC estendem-se também às directrizes contabilísticas.

impactos decorrentes da valorização de activos e passivos pelo justo valor, com destaque à forma como o mesmo pode ser determinado e que divulgações devem ser efectuadas a esse respeito.

Os principais resultados do estudo efectuado, demonstram que a alteração de normativo contabilístico resulta em variações significativas ao nível do activo (aumentou cerca de 16%), do passivo (cresceu sensivelmente 6%) e do capital próprio (aumento de 77 %) da empresa em estudo. As principais rubricas “afectadas” pelo processo de transição foram as rubricas de propriedades de investimento; acréscimos e diferimentos activos; activos por impostos diferidos; outras reservas; resultados transitados; resultado líquido do exercício; financiamentos obtidos; passivos por impostos diferidos; outros passivos financeiros e diferimentos passivos. Em resultado das variações nas rubricas de balanço e da demonstração dos resultados, verificaram-se melhorias nos rácios de estrutura de capital e de endividamento e uma deterioração dos rácios de rentabilidade.

Com este trabalho pretendo facilitar a compreensão das consequências da alteração do normativo contabilístico, através da identificação e análise dos ajustamentos de transição, de POC para SNC, avaliando o consequente impacto nas demonstrações financeiras e rácios financeiros de uma empresa portuguesa.

O estudo encontra-se estruturado em 6 capítulos. No presente capítulo é feita a introdução. No capítulo 2 é efectuada a caracterização do SNC e a análise de algumas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que servirão de base ao estudo aplicado. No capítulo 3 é efectuada a revisão da literatura sobre investigações dos impactos da adopção do SNC e das IFRS tanto nas demonstrações financeiras como nos principais rácios financeiros. Também é analisada a dicotomia entre o custo histórico e o justo valor. No capítulo 4 é simulado, quantificado e explicado o processo de transição de POC para SNC numa empresa portuguesa, tanto na data de transição (1 de Janeiro de 2009), como na data de relato das últimas demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o POC (31 de Dezembro de 2009). São comparados os resultados e propostas as divulgações exigidas na adopção pela primeira vez das NCRF. No capítulo 5 são calculados rácios financeiros de estrutura de capital, de endividamento e de rentabilidade sob os dois normativos em análise. Por fim, no capítulo 6 são apresentadas as conclusões.

CAPÍTULO II – SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

2.1 – O Sistema de Normalização Contabilística

Neste ponto do trabalho é efectuada a caracterização do SNC. É analisada a sua génese, definição dos elementos que o compõem, a que empresas se aplica e quais os objectivos, vantagens e obstáculos que advêm da sua adopção.

O SNC é, segundo o anexo do Decreto de Lei n.º 158/2009, o novo normativo contabilístico, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2010, e que vem suceder o POC. É um normativo contabilístico, assente mais em princípios do que em regras explícitas, criado a partir das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas na União Europeia (UE).

Este novo normativo contabilístico vem revogar o POC e a legislação complementar, e é composto pelos seguintes elementos:

Quadro n.º 1 - Elementos que compõem o SNC

Elementos	Caracterização
Estrutura conceptual	Conjunto de conceitos contabilísticos estruturantes que regulam todo o sistema contabilístico.
Bases para a apresentação de demonstrações financeiras	Estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras, quer com períodos anteriores quer com outras entidades.
Modelos de demonstrações financeiras	Formatos padronizados para o balanço, demonstração dos resultados, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração dos fluxos de caixa, assim como um modelo orientador para o anexo.
Código de contas	Estrutura codificada e uniforme de contas.
Normas contabilísticas e de relato financeiro	Normas e interpretações adaptadas a partir das IFRS adoptadas pela União Europeia; Instrumento de normalização onde são prescritos os vários tratamentos técnicos a adoptar ao nível do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.
Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades - NCRF - PE	Norma que, de forma unitária e simplificada, contempla os tratamentos de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação que, de entre os consagrados nas NCRF, são considerados como os pertinentes e os mínimos a ser adoptados por entidades de menor dimensão

Fonte: Elaboração própria a partir do anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009

Quanto à sua génese, e segundo a Deloitte & Associados SROC, S.A. na publicação “*O guia do SNC*” (2009, pág. 7), o aparecimento do novo normativo contabilístico é explicado pelo facto de “o POC (e posteriormente as Directrizes Contabilísticas), tendo sido de primordial importância no relato financeiro

em Portugal nas últimas três décadas, apresenta-se, contudo, insuficiente para dar resposta às necessidades qualitativas de relato financeiro cada vez mais exigentes”. Esta constatação, aliada à necessidade natural de um alinhamento com os padrões comunitários e mundiais de relato financeiro preconizado pelo regulamento CE nº 1606/2002, levou à criação do SNC, aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Junho, cuja estrutura conceptual segue, em linhas gerais, a estrutura conceptual do IASB.

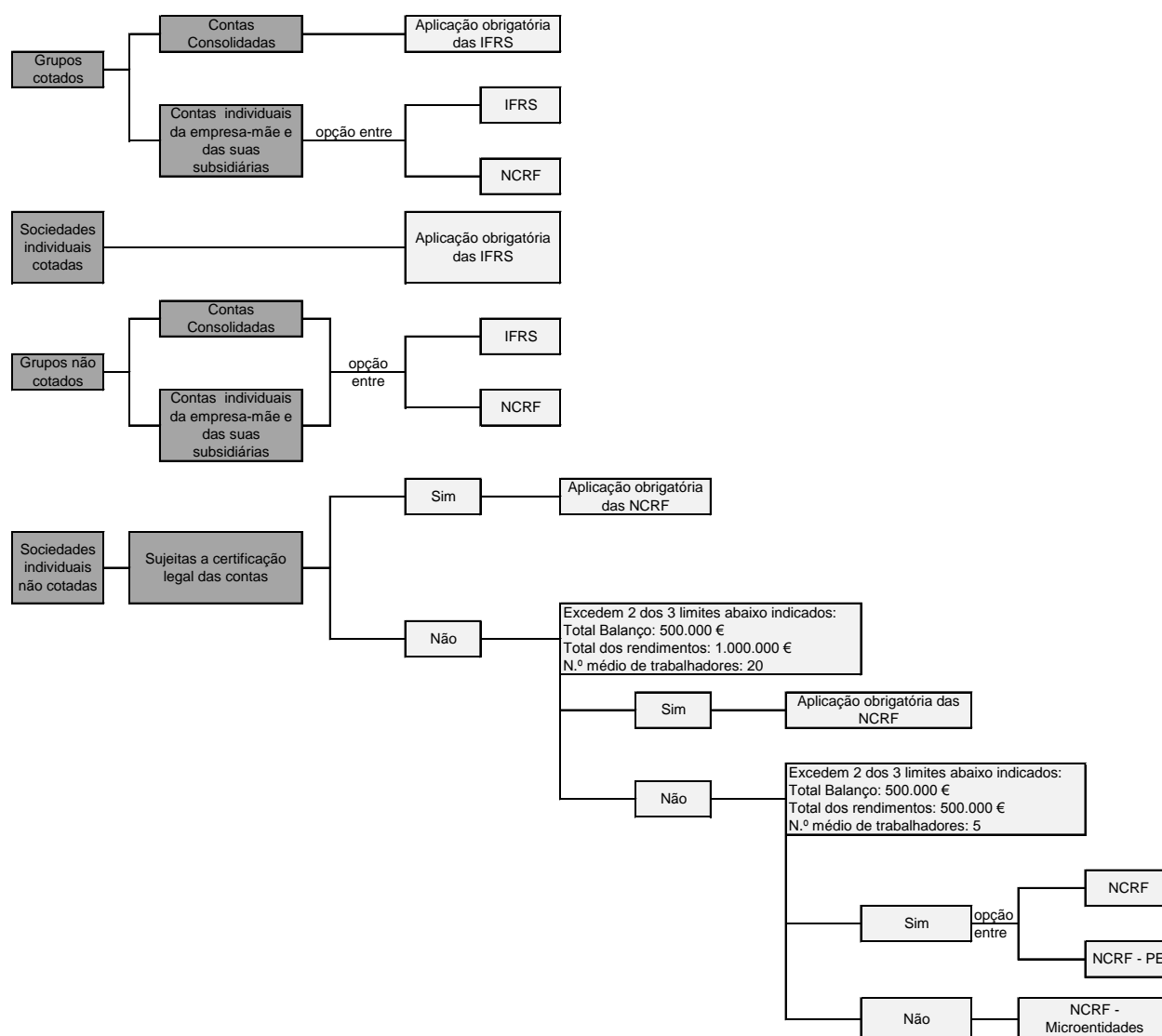
Assim e segundo Cipriano (2007), o SNC foi concebido, não apenas para modernizar o normativo contabilístico português, mas, essencialmente, para impulsionar o alinhamento de Portugal com as orientações europeias em matéria contabilística.

Neste sentido emergiu um novo normativo contabilístico com vista a fomentar a harmonização com as práticas contabilísticas adoptadas na União Europeia e promover um elevado grau de transparência e comparabilidade na informação financeira prestada.

Quanto à sua caracterização, e tendo em conta Silva (2008), o SNC pode-se descrever por ser um normativo contabilístico constituído a partir da estrutura conceptual do IASB, com um corpo de normas coerente com as directivas contabilísticas comunitárias e com as NIC adoptadas pela União Europeia. Ainda segundo Silva (2008), a transposição das NIC para a contabilidade nacional foi efectuada com a preocupação de, sem distorcer a homogeneidade, qualidade e coerência das normas, eliminar tratamentos que não sejam aplicáveis à realidade nacional, evitando assim níveis de exigência informativa que sejam excessivos. Nessa adaptação foi criada uma norma específica que se destina a entidades de menor dimensão que, orientada pelos mesmos requisitos técnicos de referência, permite delimitar e simplificar as exigências contabilísticas mais comuns a esse universo de empresas. Adicionalmente, e segundo o mesmo autor, o SNC também se caracteriza por assegurar a compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos diversos grupos de empresas que operam em Portugal.

Apesar de um dos objectivos do SNC ser aproximar o normativo contabilístico português do normativo internacional, o mesmo não será de aplicação obrigatória a todas as entidades que compõem o tecido empresarial português. Assim, a figura n.º 1 pretende sintetizar, consoante o tipo de empresa, que normativo deverá ser aplicado.

Figura n.º 1 - Normativo a aplicar segundo tipologia de empresa



Fonte: Elaboração própria a partir de Rodrigues (2009)

Como se pode verificar pela figura n.º 1, o SNC será aplicado a um abrangente leque de empresas, sendo de destacar a sua aplicação obrigatória a todas as sociedades individuais não cotadas que estejam sujeitas a certificação legal de contas.

Segundo o art. 5.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, o SNC não se aplica a entidades sujeitas a supervisão por parte do Banco de Portugal, do Instituto de Seguros de Portugal e da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários. Esses organismos têm competências para definir as normas de contabilidade aplicáveis às entidades sujeitas à sua supervisão.

Os objectivos do novo normativo contabilístico português, foram sintetizados por Rodrigues (2009, pág. 18), e passam por “aumentar a relevância da informação financeira, estando assente num conceito de full disclosure, isto é, divulgações alargadas, o que proporciona informação mais transparente, com os consequentes benefícios para a entidade decorrentes de uma maior confiança dos utentes nas contas e aumentar a comparabilidade da informação financeira”.

De acordo com a Comissão de Normalização Contabilística (2008), a entrada em vigor deste normativo permite a eliminação da dupla contabilidade, actualmente existente por motivos fiscais, permite modernizar o relato financeiro e facilita as relações com os investidores, já que o risco de assimetria de informação é reduzido. O novo normativo contabilístico, facilita também, a realização de parcerias estratégicas e a internacionalização dos negócios.

Em resultado da adopção do SNC, e de acordo com Rodrigues (2009), advirão da sua utilização diversos benefícios para as empresas. A contabilidade tornar-se-á mais útil, visto que estará mais alinhada com os critérios de gestão e será indutora da internacionalização, uma vez que serão eliminadas barreiras na compreensão e interpretação das demonstrações financeiras.

Apesar das vantagens que a mudança de normativo contabilístico introduz, como em qualquer processo de transição haverá barreiras a ultrapassar. Segundo Rodrigues (2009) os principais obstáculos da adopção do SNC passam pela resistência à mudança, pela necessidade de formação que será imprescindível para todos os que estão ligados à contabilidade, pelas alterações que terão de ser efectuadas a nível dos sistemas informáticos e pela dificuldade associada à “obrigação” de preparar informação comparativa de acordo com as NCRF.

Em suma, é consensual afirmar que a adopção do SNC implicará significativas alterações na contabilidade em Portugal. Com o SNC iremos assistir a uma convergência da contabilidade portuguesa com a contabilidade internacional, facilitando e promovendo a transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras. Poderá assim, “estar aberta mais uma porta” para a internacionalização das empresas portuguesas e também captação de capital estrangeiro, capitais esses, fundamentais para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Analogamente, julgo que a adopção deste novo normativo contabilístico levará a uma maior confiança e compreensão por parte dos leitores das demonstrações financeiras da realidade das empresas dado que, e tal como afirmou Rodrigues (2009), o SNC “obriga” a um conjunto mais alargado de divulgações.

2.2 Análise das principais diferenças entre normativos contabilísticos

Neste ponto são analisadas as principais diferenças entre os normativos contabilísticos em estudo ⁽³⁾, isto é, entre o POC e o SNC. As normas em análise neste capítulo são:

- NCRF 1 / POC / IAS 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras
- NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF
- NCRF 11 / POC / IAS 40 – Propriedades de investimento
- NCRF 7 / POC / IAS 38 – Activos fixos tangíveis
- Formas de mensurar o justo valor

A escolha das NCRF a analisar baseou-se fundamentalmente em dois factores. Por um lado, procurei analisar as NCRF que têm uma aplicação transversal a todas as entidades que venham a adoptar o SNC. Por outro lado procurei, criar as bases necessárias para a realização do estudo empírico efectuado no capítulo seguinte, que consiste na simulação da transição das demonstrações financeiras de uma empresa portuguesa do POC para o SNC. Assim, e face ao exposto, será analisada a NCRF 1 dado que a mesma prescreve as bases quanto à estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras. Neste sentido, e dado que é uma norma com impacto em todas as entidades que venham adoptar o SNC, julgo ser fundamental efectuar a sua análise. A NCRF 3 também será estudada pelo seu impacto em todas as empresas que venham a utilizar o SNC, uma vez que a mesma estabelece os critérios e fornece os “guidelines” para que a transição para o SNC seja efectuada de forma a garantir a comparabilidade e transparência das primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com as NCRF. Posteriormente, é analisada a NCRF 11, uma vez que no capítulo seguinte é simulada a transição de POC para SNC numa empresa que é um centro comercial cujo negócio é arrendar espaços comerciais. Assim esta empresa pode ser considerada como uma propriedade de investimento, aplicando-se a NCRF 11.

Dado que esta norma, estimula e aconselha a utilização do justo valor como critério valorimétrico para mensuração das propriedades de investimento, julgo ser importante aferir quanto ao método como o mesmo pode ser determinado. Por último, analisarei a NCRF 7, pela sua conexão com a NCRF 11, uma vez que as propriedades de investimento durante o período de construção devem ser tratadas de acordo com a NCRF 7.

³ A análise das diferenças entre os normativos foi efectuada com base em Rodrigues (2009) e na leitura das normas em questão.

Previamente à análise das normas, considero importante analisar as principais diferenças ao nível da estrutura conceptual entre o POC e o SNC. Assim, apresenta-se o quadro n.º 2 que evidencia as principais diferenças entre os normativos em análise:

Quadro n.º 2 – Diferenças na estrutura conceptual entre o POC e o SNC

	POC	SNC
Estrutura conceptual e modelo de normalização contabilística	Influenciados pela corrente contabilística continental (Alemanha e França)	Orientação para a corrente anglo-saxónica (Estados Unidos e Inglaterra) seguida pelo International Accounting Standards Board e pelo Financial Accounting Standards Board, uma vez que o SNC é a adaptação das normas internacionais de contabilidade para o normativo Português
Prática contabilística	Orientada para as exigências fiscais e que privilegia a verificabilidade sendo seguida uma abordagem patrimonialista	Orientação clara para os utilizadores e que privilegia a relevância da informação, fazendo uso corrente do conceito de justo valor nas mensurações contabilísticas
Preocupação do modelo contabilístico	Os registos contabilísticos	O relato financeiro, isto é, a prestação da informação aos utentes

Fonte: Elaboração própria

Como podemos verificar, com o SNC existe uma aproximação ao normativo concebido pelo IASB, onde é privilegiada a relevância/actualidade da informação financeira em detrimento da sua verificabilidade. Denota-se também uma crescente preocupação para com os leitores das demonstrações financeiras dado que o SNC é um modelo contabilístico claramente orientado para o relato financeiro.

2.2.1 - NCRF 1 / POC / IAS 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras

De acordo com a NCRF 1, as componentes das demonstrações financeiras que terão de ser divulgadas englobam:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Demonstração das alterações no capital próprio;
- Demonstração de fluxos de caixa;
- Anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF.

Esta norma é aplicada na apresentação de todas as demonstrações financeiras de finalidades gerais preparadas e apresentadas de acordo com as NCRF. O objectivo desta norma é o de prescrever as bases quanto à estrutura e conteúdo do balanço, da demonstração dos resultados, da demonstração das alterações no capital próprio e do anexo.

De salientar que foram definidos modelos para estas demonstrações financeiras, através da Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro de forma a, tal como no POC, uniformizar o relato financeiro das empresas.

Os modelos das demonstrações supracitadas foram preparados em função da dimensão das empresas, e que, consequentemente, apliquem as NCRF ou a NCRF-PE.

No quadro n.º 3 são apresentadas as principais diferenças entre os normativos em análise no que concerne à estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras:

Quadro n.º 3 - Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras sob o POC e o SNC

	NCRF	POC
Estrutura e conteúdo do balanço	O balanço é apresentado distinguindo activos e passivos correntes e não correntes, e numa segunda fase por ordem de liquidez e exigibilidade. Um activo ou passivo deve ser classificado como corrente quando satisfaz um dos seguintes critérios: - É expectável que se realize, ou se venda ou se consuma (activos) ou se liquide (passivos), durante o ciclo operacional normal Empresa; - É detido principalmente com a intenção de ser transaccionado (activos ou passivos) no curto prazo; - É expectável que se realize (activos) ou liquide (passivos) até 12 meses após a data de balanço; - É um activo de caixa ou equivalente de caixa que não esteja restringido na sua utilização ou é um passivo relativamente ao qual a entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante, pelo menos 12 meses após a data do balanço.	O POC prevê modelos de balanço, distintos das NCRF. O balanço é apresentado por ordem crescente de exigibilidade/liquidez. Os activos são classificados em imobilizado e circulante. Os passivos em médio e longo prazo e em curto prazo. Não é utilizada a classificação de activos ou passivos como correntes ou não correntes.
Demonstração dos resultados	De acordo com as NCRF, a Empresa deve sempre apresentar a demonstração de resultados por naturezas, podendo, adicionalmente, apresentar a demonstração de resultados por funções. É requerida a divulgação separada dos seguintes itens de rendimentos e gastos: - Reestruturaturas das actividades e reversões de quaisquer provisões para os custos de reestruturação; - Alienações de itens de activos fixos tangíveis; - Alienações de investimentos; - Unidades operacionais descontinuadas; - Resolução de litígios; e - Outras reversões de provisões. Não é permitida a referência a itens extraordinários, quer na demonstração de resultados, quer no anexo.	O POC, identifica modelos para as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções. É exigida a apresentação de ambas as demonstrações financeiras, por naturezas e por funções, para as empresas que ultrapassem dois dos três limites do art 262º do CSC ⁽⁴⁾ . O conteúdo encontra-se claramente identificado no modelo previsto no POC (distinto dos modelos propostos pelas NCRF), que deve ser: - Mais desenvolvido, para as entidades que tenham ultrapassado dois dos três limites do art 262º do CSC. - Menos desenvolvido, para as restantes entidades. Está prevista a existência e referência a itens extraordinários, quer na demonstração de resultados, quer no anexo.
Demonstração das alterações nos capitais próprios	A NCRF 1 introduziu uma nova demonstração financeira denominada de demonstração das alterações nos capitais próprios cujo objectivo passa por evidenciar os movimentos contabilísticos efectuados nas rubricas de capital próprio no decorrer do ano.	O POC não prevê a existência de uma demonstração das alterações do capital próprio.
Anexo às demonstrações financeiras	Os requisitos de divulgação são estabelecidos quer na NCRF 1, quer especificamente em cada uma das restantes normas. As NCRF recomendam seguir uma estrutura de notas, com numeração sequencial, pela seguinte ordem: - Identificação da entidade, incluindo domicílio, natureza da actividade, nome e sede da empresa-mãe, se aplicável; - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras; - Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas; - Informação de suporte de itens apresentados na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa, pela ordem em que cada demonstração e cada linha de item seja apresentada; - Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; - Divulgações exigidas por diplomas legais; - Informações de carácter ambiental. Nas políticas contabilísticas, a Empresa deve divulgar, nomeadamente, os julgamentos efectuados pelo Órgão de Gestão com maior impacto nas demonstrações financeiras. A Empresa deve ainda divulgar informação acerca dos principais pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes de incerteza das estimativas, à data de balanço, que tenham risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o período contabilístico seguinte.	Estão definidas no POC as diversas notas a apresentar, sendo que será necessário a apresentação de mais ou menos notas consoante a dimensão da entidade. Relativamente a divulgações o SNC é mais exigente que o POC, dado que, o POC, não exige, entre outros, nem a divulgação dos julgamentos efectuados pelo Órgão de Gestão com maior impacto nas demonstrações financeiras, nem a informação acerca dos principais pressupostos relativos ao futuro e outras fontes de incerteza das estimativas que tenham risco significativo de provocar um ajustamento material nas demonstrações financeiras da empresa.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rodrigues (2009) e análise da NCRF 1

⁴ Os limites a que se refere o artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais: Total do balanço: 1.500.000€; Total de vendas líquidas e outros proveitos: 3.000.000€; Nº Colaboradores: 50.

Pelo quadro n.º 3, verifica-se a existência de diferenças no que concerne à estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, sendo de salientar o aparecimento da demonstração das alterações nos capitais próprios que não existia no POC.

Relativamente ao balanço, foi introduzido o conceito de activo/passivo corrente e não corrente, sendo que o mesmo deve ser apresentado segundo esta distinção.

Ao nível da demonstração dos resultados, passa apenas a ser obrigatória a apresentação da demonstração dos resultados por natureza, sendo que adicionalmente, e por opção da entidade, pode também ser apresentada a demonstração dos resultados por funções (NCRF 1 – parágrafo 36). É também de salientar, que deixam de existir rubricas de carácter extraordinário (NCRF 1 – parágrafo 35).

Relativamente ao anexo às demonstrações financeiras, é de relevar o facto do SNC ser mais exigente e extenso ao nível das divulgações do que era o POC, aproximando-se assim do normativo internacional.

Para completar o quadro das demonstrações financeiras que têm de ser divulgadas, falta referir a demonstração de fluxos de caixa que é tratada na NCRF 2 – Demonstrações de fluxos de caixa. Esta demonstração financeira continua a ser de apresentação obrigatória, sendo que, segundo o SNC, deve ser apresentada pelo método directo, uma vez que é o modelo que se encontra definido na Portaria n.º 986/2009 de 7 de Setembro.

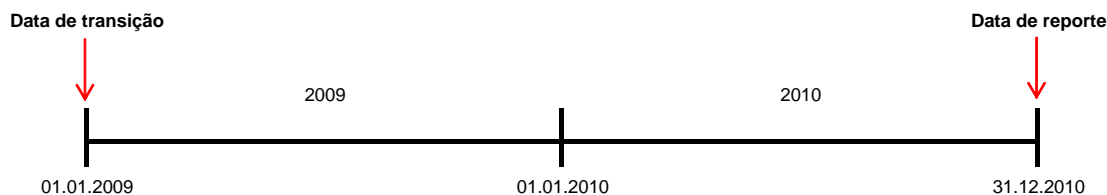
Comparativamente à IAS 1, as principais diferenças resumem-se ao facto da norma internacional não definir um formato modelo para as demonstrações financeiras e também de ser dada a opção às empresas de apresentar a demonstração dos resultados por naturezas ou por funções.

2.2.2 - NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF

Esta norma deve ser aplicada nas primeiras demonstrações financeiras que sejam preparadas de acordo com as NCRF. Assim, a mesma assume um carácter preponderante, dado o seu impacto em todas as entidades que venham a adoptar o SNC. O objectivo da norma é facilitar o processo de transição, assegurando a comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do tempo. Neste sentido, e segundo o parágrafo 5 da NCRF 3, as empresas devem preparar um balanço de abertura de acordo com as NCRF na data de transição para o SNC, sendo este o ponto de partida que servirá de base comparativa nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o novo normativo. A data de transição, é a

data de início do primeiro período para o qual a entidade apresenta as primeiras demonstrações financeiras de acordo com o novo normativo, e será como a figura 2 indica.

Figura n.º 2 - Transição para o SNC



Fonte: Elaboração própria a partir da NCRF 3

Uma vez que a NCRF 3 exige que seja apresentado pelo menos um período comparativo nas demonstrações financeiras (NCRF 3 – parágrafo 13), verifica-se que, apesar do SNC apenas ser aplicável em exercícios iniciados após 1 de Janeiro de 2010, a data de transição terá de ser 1 de Janeiro de 2009, para que o período comparativo também seja apresentado segundo o novo normativo contabilístico, e assim as demonstrações financeiras da empresa sejam comparáveis nos dois exercícios.

As políticas contabilísticas adoptadas devem respeitar cada norma efectiva à data de reporte das primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC e devem ser as mesmas para o balanço inicial e para todos os períodos apresentados nas mesmas.

A entidade deve no seu balanço de abertura de acordo com as NCRF, e de forma retrospectiva, aplicar os seguintes princípios:

- Reconhecer / desreconhecer todos os activos e passivos cujo reconhecimento seja exigido/proibido pelas NCRF;
- Reclassificar itens classificados como um tipo de activo, passivo ou capital em POC de acordo com as NCRF;
- Aplicar os critérios de mensuração de todos os activos e passivos reconhecidos previstos nas NCRF.

Os ajustamentos identificados nessa conversão deverão ser reconhecidos directamente em resultados transitados à data de transição para as NCRF, conforme é referido no parágrafo 8 da NCRF 3.

Ao nível das divulgações, a NCRF 3 exige que as primeiras demonstrações financeiras incluam, pelo menos, um ano de informação comparativa segundo as novas normas contabilísticas. A entidade deve ainda explicar de que forma a transição para as NCRF afectou a sua posição financeira, o seu desempenho

financeiro e os seus fluxos de caixa relatados. Para tal, deve incluir nas primeiras demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as NCRF a seguinte informação:

- Reconciliação entre os capitais próprios reportados de acordo com as normas anteriores e capitais próprios em NCRF à data da transição;
- A reconciliação do resultado líquido do exercício segundo as normas anteriores e o resultado líquido do exercício segundo as NCRF;
- Caso se tenham revertido ou registado quaisquer perdas de imparidade no primeiro balanço preparado segundo as NCRF, a empresa deve efectuar as divulgações que a *NCRF 12 – Imparidade de Activos* exige.

As reconciliações supracitadas devem dar detalhe suficiente que permita perceber os ajustamentos materiais com impacto no balanço e na demonstração dos resultados.

2.2.3 - NCRF 7 / POC / IAS 16 – Activos fixos tangíveis

A NCRF 7 define activos fixos tangíveis como “ítems tangíveis que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos e se espera que sejam usados durante mais que um período” (NCRF 7 – parágrafo 6).

No quadro n.º 4 são apresentadas os aspectos mais relevantes e as principais diferenças entre o POC e o SNC no que diz respeito aos activos fixos tangíveis.

Quadro n.º 4 - Activos fixos tangíveis sob o normativo POC e SNC

	NCRF	POC
Reconhecimento e mensuração de activos tangíveis	<p>Um activo fixo tangível deve ser reconhecido como um activo se, e apenas se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - For provável que benefícios económicos futuros associados ao activo fluirão para a entidade; - o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade <p>O custo do activo inclui os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - preço de aquisição, deduzido de descontos e abatimentos comerciais e incluindo direitos de importação e impostos de compra não reembolsáveis; - estimativa inicial de custos de desmantelamento e remoção do activo e de restauração do local no qual o mesmo está localizado, sempre que tal obrigação surja para a entidade; - Custos directamente atribuíveis para colocar o activo apto a operar no uso pretendido; - O custo do activo pode incluir também os juros de um eventual empréstimo bancário que tenha sido obtido apenas com a finalidade de adquirir esse activo fixo tangível conforme define o parágrafo 9 da NCRF 10 - Custos de Empréstimos obtidos. <p>Segundo a NCRF os bens de imobilizado devem ser cadastrados de forma mais desagregada possível permitindo a sua fácil identificação.</p>	<p>O POC não alude directamente ao reconhecimento de um activo tangível. Este normativo não considera a estimativa inicial das despesas de desmontelamento e a remoção do activo e a recuperação do local onde o mesmo está localizado como componente do custo.</p>
Custos subsequentes	<p>Gastos com recuperações e manutenção dos activos fixos tangíveis são reconhecidos em resultados no período em que são incorridos. No entanto existem certas partes dos activos que necessitam de ser substituídas a intervalos regulares. A entidade deve reconhecer tal dispêndio no activo se, quando o mesmo é incorrido, os critérios de reconhecimento forem preenchidos. Nesse momento, a quantia escriturada das peças que são substituídas devem ser desreconhecidas.</p>	<p>O POC permite, entre outros, a capitalização de custos como obras de reparação, custos de manutenção e encargos de substituição que à luz da NCRF devem ser reconhecidos como custo do exercício no momento em que são incorridos.</p>

A transição para o SNC e a adopção do justo valor – impactos numa empresa portuguesa

Quadro n.º 4 - Activos fixos tangíveis sob o normativo POC e SNC (continuação)

	NCRF	POC
Mensuração subsequente	<p>Uma entidade deve escolher o modelo do custo ou o justo valor (modelo de revalorização) como política contabilística.</p> <p>- Modelo do custo: Após o reconhecimento inicial, os activos tangíveis devem estar registados ao custo, deduzido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.</p> <p>- Modelo de revalorização: os activos tangíveis podem ser reavaliados pelo respectivo justo valor, o qual deve ser determinado com referência a um mercado activo, passando a ficar registados pelo valor reavaliado. As revalorizações devem ser feitas com tal regularidade que na data do balanço a quantia escriturada do activo não difira materialmente do seu justo valor.</p> <p>De referir que a opção do modelo de justo valor requer especificamente que a avaliação do justo valor possa ser fiavelmente mensurada.</p> <p>As revalorizações, quando efectuadas, têm obrigatoriamente de ser alargadas a toda a classe do activo fixo tangível, não podendo, por exemplo, ser revalorizado apenas um terreno.</p> <p>Quando o valor contabilístico de um activo seja aumentado em resultado de uma revalorização, o aumento deve ser creditado directamente no capital próprio numa rubrica de excedente de revalorização. Porém, o aumento deve ser reconhecido como ganho na medida em que corresponda à reversão de uma redução da revalorização do mesmo activo, a qual tenha sido previamente reconhecida como gasto do exercício.</p> <p>Quando o valor contabilístico de um activo seja reduzido em resultado de uma revalorização, a redução deve ser reconhecida no resultado do exercício. Porém, a redução deve ser debitada directamente contra a rubrica de excedentes de revalorização na medida que essa rubrica contenha um saldo de excedente de revalorização relativo ao activo em questão, até que o mesmo fique nulo.</p>	<p>De acordo com a Directriz Contabilística nº16, é possível, efectuar reavaliações dos bens do activo imobilizado, com base na variação do poder aquisitivo da moeda ou com base no respectivo justo valor.</p> <p>Adicionalmente, a opção pelo registo de activos fixos ao justo valor deverá ser consistente para o mesmo grupo/classe de activos fixos corpóreos. Por outro lado, o POC permite igualmente proceder à reavaliação de activos fixos corpóreos ao abrigo de diplomas legais, os quais estabelecem coeficientes oficiais de desvalorização monetária. Tal prática não é permitida no SNC. De acordo com o POC, quando o valor de um activo fixo aumenta fruto de uma reavaliação, a diferença é registada em capital próprio, não estando previsto nunca o registo do proveito associado a uma reavaliação.</p> <p>Se, ao contrário do acima exposto, o valor do activo sofre um decréscimo, a diferença será registada como uma diminuição dos capitais próprios da empresa. No caso da diferença ultrapassar o valor da reserva de reavaliação, essa diferença será registada como custo do exercício.</p>
Situações em que deve realizar teste de imparidade	<p>Na data do balanço, quando se verificar um indicador, interno ou externo, de que o activo pode estar sujeito a imparidade, conforme refere o parágrafo 5 da <i>NCRF 12 Imparidade de Activos</i>.</p>	Omisso
Depreciação	<p>Um activo fixo tangível deve ser amortizado em consonância com a sua vida útil. Na determinação da vida útil dos activos devem ser considerados diversos factores, sendo que a vida útil deve ser estimada em função do período de utilidade esperada do activo para a entidade e não do período que possa constituir a sua vida útil financeira/fiscal.</p> <p>Cada parte de um bem do activo fixo tangível cujo custo seja significativo e que tenham padrões de desgaste e vidas úteis diferenciadas em relação ao custo total desse bem, deve ser depreciado separadamente.</p> <p>A depreciação de um activo começa quando o mesmo se encontra disponível para utilização, isto é, quando se encontra no local e nas condições necessárias a operar na forma pretendida e cessa quando o mesmo seja classificado como "detido para venda" ou se encontre totalmente amortizado. A amortização não deve cessar quando o activo deixa de ser utilizado, a menos que já se encontre completamente depreciado.</p>	<p>As amortizações dos bens de imobilizado tangível deve iniciar-se com a aquisição, início da actividade ou utilização para obtenção de ganhos e proveitos, sendo que não existe no POC nenhuma referência à forma como as empresas devem determinar as vidas úteis dos seus activos fixos tangíveis (que em POC eram denominados de imobilizado corpóreo). Regra geral, e face à ausência de "guidelines", as vidas úteis utilizadas pelas empresas são as apresentadas no Decreto-Lei 2/90 que correspondem as vidas úteis fiscais.</p>
Divulgações	<p>Relativamente aos activos fixos tangíveis as demonstrações financeiras devem divulgar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - critérios de mensuração utilizados para determinar a quantia escriturada bruta; - métodos e taxas de depreciação usadas; - valor bruto e depreciação acumulada no início e no fim do período; - movimento do período divulgando as adições, os abates/alienações e o movimento das amortizações <p>Deve ainda ser divulgado a quantia de restrições de titularidade e activos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos, a quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um item do activo fixo tangível no decurso da construção e a quantia de compromissos assumidos para aquisição de activos.</p> <p>Se os activos estiverem registados pelo justo valor deve ser divulgado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a data de eficácia da revalorização; - se foi ou não envolvido um avaliador independente; - os métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor; - se o justo valor foi determinado com base nos preços praticados num mercado activo, com base em transacções similares recentes ou com base em técnicas de valorização; - o montante de excedente de revalorização, indicando alterações no período e restrições aplicáveis à sua distribuição pelos accionistas. 	<p>De acordo com o POC, são necessárias as seguintes divulgações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - métodos e taxas de depreciação usadas; - movimento do período divulgando adições e abates/alienações; - legislação ao abrigo da qual se efectuaram reavaliações de imobilizado corpóreo; - detalhe do custo histórico de aquisição por classe de bens de imobilizado e correspondente reavaliação; - detalhe de bens de imobilizado em poder de terceiros.

Fonte: Elaboração própria a partir de Rodrigues (2009) e análise da NCRF 7

O SNC, através da NCRF 7, é muito mais pormenorizado na contabilização de activos fixos tangíveis do que era o POC. Conforme podemos verificar pelo quadro n.º 4, houve alterações ao nível do reconhecimento, do tratamento dado aos custos subsequentes, da mensuração subsequente e também das divulgações que são necessárias efectuar no anexo às demonstrações financeiras.

No reconhecimento inicial, a NCRF 7 indica que devem ser capitalizados todos os custos que são necessários para colocar o activo fixo em funcionamento, bem como eventuais custos que a empresa tenha de incorrer com o desmantelamento ou remoção do activo.

Relativamente aos custos subsequentes de referir que o SNC é mais rígido que o POC, não permitindo a capitalização de custos provenientes de obras de reparação e custos de manutenção de activos fixos.

Quanto à mensuração subsequente, o SNC não permite revalorizações segundo diplomas legais, ao invés do POC.

Ao nível das depreciações, propõe-se um afastamento das taxas fiscais, passando a ser incentivada a depreciação consoante as vidas úteis definidas pela empresa, sendo que a mesma apenas se deve iniciar quando o bem esteja disponível para uso.

No que concerne às divulgações necessárias no anexo, é de referir que o SNC é bastante mais exigente do que era o POC, fornecendo assim mais informações aos leitores das demonstrações financeiras, com o objectivo de ajudar os mesmos a “discernir a informação acerca do investimento de uma entidade nos seus activos fixos, bem como as alterações nesse investimento” (NCRF 7 – parágrafo 1).

Comparativamente às IFRS, as diferenças existentes resumem-se às divulgações, uma vez que a IAS 16 é mais exigente que a NCRF 7. A norma internacional encoraja a divulgação de algumas informações adicionais, como por exemplo, o valor dos activos ociosos, o valor dos activos totalmente depreciados, o saldo de activos fixos tangíveis que tenham deixado de ser utilizados mas que não sejam classificados como “detidos para venda” e também o justo valor de activos fixos tangíveis quando este seja materialmente diferente da respectiva quantia escriturada.

2.2.4 - NCRF 11 / POC / IAS 40 – Propriedades de investimento

De acordo com a NCRF 11, uma propriedade de investimento é “a propriedade (terreno ou um edifício – ou parte de um edifício – ou ambos) detida para obter rendas ou para valorização do capital ou para

ambas as finalidades” (NCRF 11 – parágrafo 5). As propriedades de investimento distinguem-se dos activos fixos tangíveis, uma vez que, geram “fluxos de caixa altamente independentes dos outros activos detidos por uma entidade” (NCRF 11 – parágrafo 7). É de salientar que, conforme indica o parágrafo 22 da NCRF 11, durante o período de construção, uma propriedade de investimento, deve ser tratada como se de um activo fixo tangível se tratasse, aplicando-se assim a NCRF 7.

No quadro n.º 5 são apresentados os aspectos mais relevantes e as principais diferenças entre o POC ⁽⁵⁾ e o SNC.

Quadro n.º 5 - Propriedades de investimento sob o normativo POC e SNC

	NCRF	POC
Reconhecimento	A propriedade de investimento deve ser reconhecida como um activo quando e apenas quando: - For provável que os benefícios económicos futuros que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a entidade - Custo da propriedade de investimento possa ser mensurado fiavelmente	Omisso
Mensuração Inicial	- Uma propriedade de investimento deve ser mensurada inicialmente pelo seu custo não devendo este considerar os custos de arranque, as perdas operacionais incorridas antes da propriedade de investimento ter atingido o nível de ocupação previsto e quantidades anormais de material, mão de obra ou outros recursos consumidos na construção ou desenvolvimento da propriedade.	As propriedades de investimento, que em POC, se pode enquadrar nos investimentos em imóveis devem, inicialmente, estar registadas ao custo de aquisição/produção.
Mensuração subsequente	Uma entidade deve aplicar o modelo do justo valor ou o modelo do custo devendo utilizar o mesmo critério de valorização para todas as suas propriedades de investimento. A norma exige que todas as entidades determinem o justo valor das propriedades, seja para a finalidade de mensuração ou apenas para divulgação O justo valor das propriedades de investimento pode ser mensurado essencialmente através de três formas: - Através de preços correntes praticados num mercado activo de propriedades de investimento; - Através de preços correntes ou recentes em propriedades de natureza semelhante ajustados para reflectir essa diferença; - Através de projecções de fluxos de caixa descontados com base em estimativas fiáveis de futuros fluxos de caixa. (os métodos de determinação do justo valor das propriedades de investimento será analisado no ponto 2.2.5 deste trabalho) Caso a empresa opte pelo modelo do justo valor, deixa de haver lugar ao registo de depreciações, sendo que todos os ganhos ou perdas provenientes da alteração do justo valor da propriedade de investimento devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados. O justo valor das propriedades de investimento deve reflectir, entre outras coisas, o rendimento de rendas proveniente de locações correntes e pressupostos razoáveis e suportáveis que representem aquilo que entidades conhecedoras e dispostas a isso assumiriam acerca de rendimentos de rendas futuras. Também deve reflectir quaisquer exfluxos de caixa que possam ser esperados com respeito à propriedade, sendo que alguns desses exfluxos poderão estar já considerados no passivo. Modelo do custo: Após o reconhecimento inicial, uma entidade deve mensurar todas as suas propriedades de investimento de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Activos fixos tangíveis	Utilizar para todas as propriedades de investimento o modelo do custo, o modelo da variação do poder aquisitivo da moeda ou o modelo do justo valor à data de reavaliação deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas (DC 16). O reconhecimento de proveitos face a eventuais reavaliações é efectuado directamente em capitais próprios sob a designação de reserva de reavaliação. Caso a reavaliação seja negativa é diminuído o valor da reserva de reavaliação, até que a mesma seja nula, sendo que a partir desse momento é registada como custo do exercício.

⁵ Tema omissos nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, não existindo qualquer tratamento específico. No entanto, poderá enquadrar-se na definição de Investimentos em imóveis apresentadas pelo POC, na rubrica de investimentos financeiros.

Quadro n.º 5 - Propriedades de investimento sob o normativo POC e SNC (continuação)

	NCRF	POC
Mensuração subsequente (continuação)	<p>O justo valor das propriedades de investimento deve reflectir, entre outras coisas, o rendimento de rendas proveniente de locações correntes e pressupostos razoáveis e suportáveis que representem aquilo que entidades conhecedoras e dispostas a isso assumiriam acerca de rendimentos de rendas futuras. Também deve reflectir quaisquer exfluxos de caixa que possam ser esperados com respeito à propriedade, sendo que alguns desses exfluxos poderão estar já considerados no passivo.</p> <p>Modelo do custo: Após o reconhecimento inicial, uma entidade deve mensurar todas as suas propriedades de investimento de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Activos fixos tangíveis</p>	
Situações em que deve realizar teste de imparidade	Na data do balanço, quando se verificar um indicador, interno ou externo, de que o activo pode estar sujeito a imparidade	É referido no ponto 3.3.1 da Directriz Contabilística nº 16 que em cada período contabilístico, as entidades devem proceder novamente ao cálculo da reavaliação anteriormente efectuada.
Divulgações	<p>Relativamente às propriedades de investimento, as demonstrações financeiras devem divulgar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual o modelo de valorização utilizado; - Quais os métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor; - A extensão até à qual o justo valor da propriedade de investimento se baseia na avaliação de um avaliador independente; - As quantias incluídas na demonstração dos resultados relativas a rendimentos de rendas e gastos operacionais directos; - A existência de restrições ao valor de realização das propriedades de investimento; - Deve divulgar as adições, os abates e as alienações do período; - Caso opte pelo modelo do justo valor deve divulgar o ganho/perda do período; - Caso opte pelo modelo do custo deve divulgar os métodos de depreciações utilizados; as vidas úteis; a quantia escriturada bruta, a depreciação acumulada e a reconciliação da quantia escriturada da propriedade de investimento no início e fim do período. - Mesmo optando pelo modelo do custo, a entidade deve sempre determinar e divulgar qual o justo valor da propriedade de investimento. 	Omisso

Fonte: Elaboração própria a partir Rodrigues (2009), NCRF 11 e Directriz Contabilística n.º16

Como podemos verificar, pela análise efectuada no quadro n.º 5, existem diferenças significativas entre o POC e o SNC no tratamento dado às propriedades de investimento. É de destacar o incentivo dado para que a valorização das propriedades de investimento seja efectuada pelo justo valor, dado que a NCRF indica que “é altamente improvável que uma alteração do modelo do justo valor para o modelo do custo resulte numa apresentação mais apropriada” (NCRF 11, parágrafo 31). Adicionalmente, e conforme refere o parágrafo 32 desta norma, é obrigatório a empresa determinar o justo valor das propriedades de investimento, seja para efeitos de mensuração ou apenas para divulgação.

As alterações introduzidas por esta norma, poderão também resultar num impacto significativo no resultado líquido do exercício, uma vez que, os ganhos ou perdas provenientes de alterações do justo valor de propriedades de investimento devem ser reconhecidos no resultado do período. No POC, e conforme determinava a directriz contabilística nº 16, os ganhos eram registados nos capitais próprios da

empresa, na rubrica de reservas de reavaliação, sendo que as perdas constituíam uma redução das reservas de reavaliação até as mesmas se anularem, momento a partir do qual eram registadas como custo do período.

Outra situação relevante é o facto do justo valor poder incluir influxos ou efluxos de caixa, que já se encontrem registados no activo ou passivo da entidade, tal como refere o parágrafo 42 da NCRF 11. Nesses casos, na mensuração subsequente das propriedades de investimento, as entidades que as passem a mensurar ao justo valor, terão que ter um cuidado especial para não duplicar activos e passivos nas suas demonstrações financeiras.

No que concerne às divulgações que são necessárias efectuar relativamente às propriedades de investimento, o SNC requer um grau de extensão muito mais elevado que o POC.

Relativamente ao normativo internacional, em comparação com o SNC, é de salientar apenas que a IAS 40 foi revista, tendo passado a considerar as propriedades de investimento em construção como propriedades de investimento, ao invés da NCRF 11 que as considera como activos fixos tangíveis que por consequência devem ser tratadas à luz da NCRF 7.

2.2.5 – Formas para mensurar o justo valor

Como foi referido no ponto anterior, com o aparecimento do SNC foi dado um grande enfoque/incentivo à valorização de activos e passivos pelo justo valor. Face ao exposto é de extrema importância existir uma orientação na forma de determinar o justo valor dos activos, e neste caso concreto, das propriedades de investimento. A existência destas orientações, torna o conceito do justo valor mais prático e objectivo para as empresas que o venham a adoptar.

No normativo do IASB (e à semelhança do que acontece com o novo normativo português), a forma de determinar o justo valor está dispersa nas normas, não existindo nenhum documento que oriente a forma de cálculo do mesmo. Assim, e de forma a colmatar esta lacuna, o IASB colocou, em 2005, este tópico na sua agenda. Contudo, até à data, ainda não se encontra formalizado o referido documento. No entanto, o Financial Accounting Standards Board ⁽⁶⁾, através da Statement of Financial Accounting Standards nº157 (SFAS 157) disponibiliza as orientações para o cálculo do justo valor. Assim, nesta fase do trabalho, são

⁶ O FASB é a organização que estabelece as normas contabilísticas nos Estados Unidos da América.

estudadas as orientações dadas pelo normativo nacional para o cálculo do justo valor, comparando as mesmas com a SFAS 157 e com as orientações dadas pelo POC.

Anteriormente, o POC através da Directriz Contabilística n.º 13, não aludia directamente à forma como devia ser calculado o justo valor das propriedades de investimento, no entanto, referia que o justo valor dos terrenos e edifícios devia ser estabelecido com referência a valores correntes de mercado. Para os equipamentos e instalações o justo valor deveria ser mensurado mediante a comparação com o custo de reposição de equipamentos e instalações com capacidade semelhante. Se o activo se destinasse a ser vendido, o justo valor deveria ser a quantia recuperável do mesmo.

A NCRF 11 explicita três formas de determinar o justo valor das propriedades de investimento ⁽⁷⁾. O parágrafo 47 da norma refere que “a melhor evidência do justo valor é dada por preços correntes num mercado activo de propriedades semelhantes no mesmo local e condição e sujeitas a locações e outros contratos semelhantes” (NCRF 11, parágrafo 47). Esta forma de mensurar o justo valor vai de encontro ao SFAS 157, quando é referido que uma das formas de calcular o justo valor passa por uma abordagem de mercado, isto é, procurar estimar um valor usando um ou mais métodos que comparem o activo com activos similares que tenham sido vendidos. No entanto essa abordagem requer a existência de preços observáveis e outras informações provenientes de transacções realizadas envolvendo activos idênticos, o que nem sempre acontece. Neste sentido, o SFAS 157 define que também poderão ser utilizadas transacções correntes em mercados semelhantes (ajustando depois o justo valor para fazer reflectir as diferenças entre mercados) ou ainda utilizar preços recentes, actualizando-os de forma a reflectir as actuais condições de mercado e não as condições económicas no momento em que as transacções foram realizadas.

No entanto, nem sempre é possível obter preços de mercado que espelhem as características da propriedade de investimento que estão a ser avaliadas. Nesse caso a NCRF 11 no parágrafo 48 fornece três alternativas para a mensuração do justo valor das propriedades de investimento:

- a) Utilização de preços correntes num mercado activo de propriedades de diferentes naturezas, condição ou localização, ajustando o justo valor de forma a reflectir essa diferença (abordagem semelhante à definida pela SFAS 157);

⁷ Dado que a NCRF 11 é a adaptação da IAS 40, as formas de determinar o justo valor referidas na norma nacional advêm da norma do IASB.

- b) Utilizar preços recentes de propriedades semelhantes em mercados menos activos, efectuando ajustamentos para reflectir as alterações nas condições económicas desde a data da transacção até à data da avaliação que está a ser efectuada (abordagem que também consta da SFAS 157);
- c) Efectuar projecções de fluxos de caixa futuros descontadas para o momento presente, com base em estimativas fiáveis de futuros cash flows que podem ser suportados através dos contratos de locação efectuados.

O cálculo do justo valor através de projecções de fluxos de caixa futuros descontados para o momento presente é semelhante à abordagem do rendimento definida no SFAS 157. Nesta abordagem são utilizadas técnicas de avaliação para converter valores futuros (como por exemplo rendas provenientes de contratos de locação) num único valor presente (descontado a uma determinada taxa de juro).

Assim, podemos verificar que o SNC fornece “guidelines” para o cálculo do justo valor que são em tudo semelhantes aos definidos pelo FASB.

Adicionalmente, na SFAS 157 encontra-se definida outra abordagem que poderá ser utilizada para calcular o justo valor. Esta abordagem, denominada de “cost approach” refere que o justo valor pode ser determinado consoante o valor que seria necessário gastar para substituir a capacidade de serviço. Assim, a estimativa do justo valor seria o custo de adquirir um activo substituto de utilidade semelhante, ajustado pela obsolescência, sendo esta um conceito que incorpora a depreciação física, obsolescência funcional e económica.

Tanto no normativo nacional, como no normativo internacional, é incentivada a utilização da abordagem de mercado (preços correntes em mercados activos) para determinar o justo valor de activos e passivos dado que, na maioria dos casos, trata-se da melhor evidência do justo valor. Apenas no caso, de não ser possível utilizar essa abordagem, se deverá utilizar uma das restantes formas de mensurar o justo valor. Para os casos em que não se pode utilizar a abordagem de mercado, o FASB definiu a seguinte hierarquia:

- Primeiro devem ser utilizados modelos que se baseiem em “inputs” observáveis, como por exemplo, a utilização de preços correntes ou recentes em mercados semelhantes;
- Utilizar modelos que utilizem “inputs” que não sejam observáveis.

Em suma, verifica-se que o SNC é bastante mais específico na forma de determinação do justo valor do que era o POC, contribuindo assim para tornar o conceito mais prático e objectivo. Adicionalmente verifica-se que as formas de determinar o justo valor preconizadas no normativo nacional são semelhantes às estabelecidas pelos normativos internacionais.

CAPITULO III – REVISÃO DE LITERATURA

3.1 – Estudos sobre o impacto da adopção do SNC

Neste ponto do trabalho são analisadas investigações efectuadas por outros autores sobre o novo sistema contabilístico português, realçando qual o objectivo do estudo e quais as principais conclusões a retirar do mesmo. De realçar que a adopção do SNC é recente, não existindo muitos estudos publicados sobre o impacto que tal adopção poderá ter na contabilidade em Portugal. Existem sim, estudos sobre os impactos decorrentes da adopção obrigatória, a partir de 2005, das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas das empresas cotadas em bolsa. Assim, esta análise foi baseada, tanto no estudo dos impactos decorrentes da adopção das IFRS (uma vez que será semelhante ao impacto do SNC, já que os normativos são idênticos), bem como, em estudos recentemente efectuados às alterações impostas pelo SNC.

Conceição (2009), estudou qual foi o grau de adesão pela opção do critério do justo valor como forma de mensuração de activos (activos fixos tangíveis, activos fixos intangíveis e propriedades de investimento) decorrentes da adopção das IAS/IFRS. A autora utilizou como amostra empresas cotadas na Bolsa de Valores do Mercado Oficial da Euronext Lisboa, com referência à data de 31 de Dezembro de 2005. As principais conclusões apresentadas relatam que a adesão ao justo valor não foi significativa, uma vez que, para activos intangíveis e outros activos fixos tangíveis, continuou a ser utilizado o custo histórico, dada a dificuldade em mensurar o justo valor de tais activos. Quanto aos activos fixos tangíveis, apenas se utilizou o critério de mensuração do justo valor para os terrenos e edifícios. No entanto, para as propriedades de investimento a adesão já foi mais significativa. Segundo este estudo, as empresas que optaram por mensurar os activos ao justo valor apresentam características semelhantes, nomeadamente serem de menor dimensão e possuírem elevada dívida externa. Estas empresas, ao valorizarem os activos pelo justo valor, regra geral, aumentaram o activo e, consequentemente, reforçaram o capital próprio da empresa. No entanto, a maioria das empresas continuou a optar pela utilização do custo histórico, quer pela familiaridade que têm com este conceito, quer pelo facto de ser mais dispendioso adoptar o critério do justo valor.

Costa (2008), também estudou as alterações impostas pelas IFRS na comparabilidade da informação financeira das empresas cotadas na Euronext Lisboa, procurando averiguar a existência de diferenças significativas no balanço e na demonstração dos resultados. Os resultados obtidos indicam que houve variações significativas nas demonstrações financeiras, essencialmente devido a aumentos ao nível das rubricas de propriedades de investimento, activos por impostos diferidos, resultado líquido do exercício,

interesses minoritários, financiamentos obtidos e passivos por impostos diferidos. No entanto, também houve diminuições decorrentes da adopção das IFRS, essencialmente, ao nível das provisões e dividas a terceiros.

Encarnação (2009), investigou os resultados obtidos em rácios de rendibilidade, endividamento, liquidez e solvabilidade, quando calculados segundo o POC e as IFRS para o período de 2005 a 2008 numa empresa portuguesa, a Jerónimo Martins, SGPS, S.A. As principais conclusões deste estudo referem que a aplicação de princípios e regras contabilísticas distintos, se traduzem em diferenças nas demonstrações financeiras e consequentemente nos rácios económicos e financeiros. Verificaram-se aumentos no activo, no passivo e no capital próprio de sensivelmente 1%. Ao nível do resultado líquido do exercício, o comportamento do mesmo não é linear dado que em 2005 decresceu sensivelmente 1,5%; em 2006 e 2007 apresenta-se ligeiramente superior (cerca de 1,5%); e em 2008 não teve variação. Segundo a autora, estas diferenças resultam numa dificuldade acrescida na comparação do relato financeiro preparado segundo o POC com as empresas que adoptam o normativo desenvolvido pelo IASB.

Santos (2009), estudou os possíveis impactos da adopção da NCRF 7 – Activos fixos tangíveis numa empresa portuguesa prestadora de serviços. As principais conclusões deste estudo, revelam que a adopção da NCRF 7 poderá ter um impacto significativo, dado que é uma das normas onde se verifica a existência de diferenças face ao POC. Uma delas, consiste no incentivo dado para valorizar activos pelo justo valor, sendo que, segundo a autora, caso a empresa em questão decida adoptar pelo justo valor enquanto critério de mensuração, verificar-se-á um impacto significativo nas demonstrações financeiras, quer pelo aumento do activo, quer pelo reforço dos capitais próprios. Nesta investigação não foram quantificados os ajustamentos de transição, o que impossibilita a comparação com o estudo efectuado neste trabalho.

Sahlström e Lantto (2006) estudaram o impacto da adopção das IFRS nos principais rácios financeiros em empresas finlandesas. Este estudo foi efectuado tendo por base empresas finlandesas, porque, segundo os autores, as mesmas relataram com bastante detalhe os ajustamentos de transição para IFRS e por serem alvo de uma elevada supervisão das entidades reguladoras, sobre o relato financeiro, o que, garante elevados padrões de qualidade do mesmo. Os resultados indicam que, em virtude da adopção das IFRS, os rácios de rendibilidade aumentarem de 9 para 19% e os rácios de alavancagem financeira aumentaram 2,9%. Por sua vez, a aplicação das normas internacionais veio diminuir os rácios de liquidez em 0,2% e os rácios de estrutura de capital em 0,7%. Segundo os autores, estas variações ocorreram pela utilização do justo valor enquanto critério de mensuração para activos e passivos, pelo registo dos impostos diferidos no momento da transição e pelo registo contabilístico de instrumentos financeiros.

Pelas investigações citadas e outras recolhidas relativamente aos impactos decorrentes da adopção do novo normativo contabilístico, denota-se o interesse que existe na análise das alterações introduzidas quer pelas NCRF, quer pelas IFRS. No entanto, nos estudos efectuados ainda não foram desenvolvidos e quantificados com grande detalhe os ajustamentos que se terão de efectuar às demonstrações financeiras no processo da transição de POC para SNC. Assim, o contributo deste trabalho pretende ser o de, não só analisar as principais diferenças entre os normativos, mas também, através da simulação da transição das demonstrações financeiras numa empresa portuguesa, analisar, explicitar e quantificar, as alterações impostas pelo novo normativo contabilístico sustentando esses ajustamentos nas NCRF aplicáveis.

3.2 – Custo Histórico Vs Justo Valor

Neste ponto do trabalho, é estudada a dicotomia entre o conceito de custo histórico e o conceito de justo valor, analisando a opinião de diversos autores sobre as vantagens e inconvenientes da utilização de cada um destes critérios de valorimetria.

Segundo a estrutura conceptual do SNC, o justo valor é a “quantia pela qual um activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não exista relacionamento entre elas” (Estrutura conceptual, parágrafo 98).

De acordo com o POC, o princípio do custo histórico indica que um activo deve ser registado pelo seu custo de aquisição/produção, sendo que o seu valor à data de cada balanço deverá ser o seu custo de aquisição/produção deduzido de todas as amortizações e depreciações acumuladas.

Regra geral, o critério de mensuração utilizado pelas empresas portuguesas é o custo histórico. Contudo, desde o aparecimento das NIC, este critério tem vindo a ser substituído pelo justo valor, uma vez que, estas o incentivam e porque existe uma preocupação crescente com a melhoria da qualidade da informação financeira prestada pelas empresas. No entanto, existem vantagens e inconvenientes associados a qualquer um dos critérios de valorimetria.

Segundo Guimarães (2003) “do ponto de vista conceptual, a utilização do justo valor constitui uma derrogação ao princípio contabilístico do custo histórico previsto no POC. É no contexto desta dicotomia - “custo histórico vs justo valor” - que se têm gerado mais polémicas e divergências. Assim, uns defendem o custo histórico porque é mais fiável e comparável (características qualitativas da fiabilidade e da comparabilidade), outros defendem o justo valor porque é mais relevante (característica qualitativa da

relevância), tendo em conta o “paradigma da utilidade” que subjaz à preparação e apresentação das demonstrações financeiras.” (Jornal Vida Económica, 2003, pág. 36).

Diversos estudos internacionais analisaram este tema no momento do aparecimento das IFRS, dado que foram estas normas que vieram consagrar e privilegiar a utilização do justo valor em detrimento do custo histórico.

Segundo Poon (2004) e Pita e Gutiérrez (2006), o objectivo da utilização do método do justo valor passa por reflectir, a cada data de balanço, as condições económicas presentes naquele determinado momento, sendo que o custo histórico apenas reflecte as condições do mercado no momento da compra ou produção do activo, ou seja, o justo valor na data em que o activo foi comprado ou produzido.

Segundo Conceição (2009), e através de um estudo efectuado por Richard (2004), a determinação do justo valor envolve alguma subjectividade, e assim potenciais ganhos não significam necessariamente melhores resultados, sendo que este método, é passível de gerar confusão ao nível interpretativo dos resultados da empresa. Com efeito, os investidores podem ficar relutantes por terem de tomar as suas decisões com base num valor estimado de forma subjectiva, como é o caso do justo valor.

Em Portugal, e dado o aparecimento do SNC, o tema também tem vindo a ser amplamente discutido. Segundo o presidente do Conselho Directivo da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingos Azevedo (2008), o justo valor pode ter grande utilidade na medida que aproxima o mais possível a informação financeira da realidade patrimonial das empresas, mas também pode dar lugar à manipulação das demonstrações financeiras, caso este, não seja determinado exactamente conforme referem as normas de contabilidade.

Duque (2008, pág. 35) referiu que “o justo valor é a forma mais lúcida e transparente de divulgar o que temos e o que valem. Ele obriga à divulgação da verdade, aumenta a exigência técnica dos TOC, dos auditores e analistas. (...) Por muito que o justo valor esteja errado, ele será seguramente mais justo e mais próximo do certo do que os valores históricos que se registam em balanço”.

Para Pinto (2006) o conceito do justo valor cuja definição é perfeitamente compreensível, na prática, não assegura qualquer credibilidade aos resultados da informação nela assentes, dado que, o mesmo acaba frequentemente por ser escolhido e utilizado a pensar nos objectivos a atingir pela empresa.

Analisando todos estes autores verificamos que existem opiniões dispares sobre a utilização do justo valor, já que, alguns autores, alertam para a forma como o mesmo pode ser determinado, sendo que outros atribuem um elevado grau de subjectividade.

Em suma, verificamos que o objectivo das normas de contabilidade, ao privilegiarem o justo valor, passa por a cada data de balanço transmitir aos leitores das demonstrações financeiras uma informação mais ajustada à realidade do momento, ao invés de se basearem em custos históricos que podem, à data do balanço, não reflectir as verdadeiras condições do mercado. A grande preocupação de diversos autores, como referido anteriormente, passa pela forma como é determinado o justo valor, sendo que se não for determinado com pressupostos e directrizes razoáveis pode levar a que o utilizem como forma de manipular os resultados. Nesse sentido, os órgãos legisladores alertam para que o justo valor deva ser determinado por avaliadores externos e independentes que tenham uma qualificação profissional relevante e reconhecida. Adicionalmente, caso a empresa opte pelo justo valor é de divulgação obrigatória os métodos e pressupostos aplicados no seu cálculo, incluindo uma declaração a afirmar se o mesmo foi ou não suportado por evidências do mercado ou se foi mais ponderada por outros factores por falta de dados comparáveis. No SNC, encontra-se também definido as abordagens que se podem seguir para a determinação do justo valor (tal como analisado no ponto 2.2.5) o que, em certa medida, torna o conceito mais prático e menos subjectivo. Nesta conformidade, e dado que existem “guidelines” para o cálculo do justo valor e as empresas são obrigadas a divulgar os métodos e pressupostos utilizados na sua determinação, o leitor das demonstrações financeiras ficará ciente da forma como o mesmo foi calculado.

CAPÍTULO IV – ESTUDO PRÁTICO DA ALTERAÇÃO DO NORMATIVO CONTABILÍSTICO

Neste capítulo é simulado o efeito prático da alteração de normativo contabilístico do POC para o SNC numa empresa portuguesa. A empresa em questão, é o Colombo, sendo que a mesma pertence ao grupo Sonae Sierra ⁽⁸⁾. Assim, e partindo do balancete geral POC Colombo (Anexo 1) e mediante o anexo consolidado do grupo, serão propostos e explicados todos os ajustamentos por mim efectuados às demonstrações financeiras POC da empresa (balanço e demonstração dos resultados) de forma a que estas fiquem de acordo com o novo normativo contabilístico nacional, tanto na data de transição (1 de Janeiro de 2009), como na data do último relato financeiro preparado de acordo com o anterior normativo (31 de Dezembro de 2009). Dado que um dos principais ajustamentos será a valorização da propriedade de investimento pelo justo valor, será dado especial enfoque ao mesmo, nomeadamente no que diz respeito à forma como é determinado e que divulgações são feitas a esse respeito no anexo consolidado da Sonae Sierra, que é apresentado em IFRS ⁽⁹⁾.

4.1 - Apresentação da Empresa

A Sonae Sierra é um grupo especialista internacional em centros comerciais que foi fundada em Portugal em 1989. A mesma é detida em partes iguais pela SONAE, SGPS (Portugal) e pela GROSVENOR (Reino Unido). O modelo de negócio da empresa assenta numa abordagem integrada que reflecte as actividades de propriedade, promoção e gestão de centros comerciais. Esta estratégia permitiu-lhes desenvolver um conhecimento único que utiliza quer nos seus centros comerciais, quer nos projectos e centros em operação detidos por terceiros.

A qualidade e inovação dos seus produtos, assim como as suas competências, fazem com que a Sonae Sierra seja a empresa mais premiada internacionalmente no sector dos centros comerciais.

⁸ O anexo consolidado da Sonae Sierra é apresentado desde 2005 em IFRS por imposição do regulamento (CE) nº 1606/2002. Assim, as propriedades de investimento do grupo estão valorizadas ao justo valor nesse normativo.

⁹ As divulgações efectuadas em IFRS relativamente às propriedades de investimento são idênticas às exigidas pela NCRF 11, conforme analisado no ponto 2.2.4

Actualmente esta empresa opera em diversos países nomeadamente, Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Grécia, Roménia e Brasil. O grupo Sonae Sierra fornece igualmente serviços a terceiros na Sérvia, Chipre, Marrocos e Colômbia.

O Colombo é uma empresa do grupo Sonae Sierra, sendo que a actividade desenvolvida pelo mesmo passa pelo arrendamento de espaços comerciais. A gestão operacional do shopping não é efectuada pela própria empresa, mas sim por outra empresa do grupo. Esta trata de toda a relação com o lojista, desde a sua angariação até a altura em que o mesmo sai do shopping.

4.2 - Conversão do balanço a 01.01.2009 e a 31.12.2009 de POC para SNC

Seguidamente, são apresentados e explicados todos os ajustamentos a efectuar no balanço do Colombo a 01.01.2009, que conforme vimos no ponto 2.2.2 (NCRF 3), é a data de transição das demonstrações financeiras do anterior normativo, para o SNC. Dado que a natureza dos ajustamentos é semelhante, será também apresentado a conversão do balanço à data de 31.12.2009.

Ajustamento I – Registo do justo valor da propriedade de investimento

Quadro n.º 6 - Registo do justo valor da propriedade de investimento

	Ajustamentos SNC 01.01.2009	Ajustamentos SNC 31.12.2009
ACTIVO		
Activos fixos tangíveis	(626.852.798)	(621.867.235)
Propriedades de investimento	793.883.000	728.665.000
Activos intangíveis	(458)	(283)
	<u>167.029.744</u>	<u>106.797.482</u>
Total do activo	<u>167.029.744</u>	<u>106.797.482</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Resultados transitados	122.766.862	122.766.862
Resultado líquido do período	-	(44.270.713)
Total do capital próprio	<u>122.766.862</u>	<u>78.496.149</u>
PASSIVO		
Passivos por impostos diferidos	44.262.882	28.301.333
	<u>44.262.882</u>	<u>28.301.333</u>
Total do passivo	<u>44.262.882</u>	<u>28.301.333</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>167.029.744</u>	<u>106.797.482</u>

Fonte: Elaboração própria

Este primeiro ajustamento consiste no registo do justo valor da propriedade de investimento. Trata-se da alteração do critério de mensuração da propriedade de investimento, sendo que em POC estava valorizada ao custo histórico e de acordo com o SNC passa a ser mensurada ao justo valor determinado a cada data de balanço. Assim, o valor de 793.883.000 Euros a 01.01.2009 e o montante de 728.655.000 a 31.12.2009 representam o justo valor do Centro Comercial Colombo ⁽¹¹⁾. O ajustamento a efectuar em balanço resume-se à anulação do imobilizado corpóreo, incorpóreo e em curso e em registar o justo valor na rubrica “Propriedades de investimento”. Dado que se trata de uma reavaliação positiva, e de acordo com o parágrafo 20 da *NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento*, esta dará origem ao registo de um passivo por imposto diferido, determinado com base na aplicação da taxa de imposto em vigor (26,5%) ao diferencial entre o justo valor e o custo histórico da propriedade de investimento. Uma vez que se trata de um ajustamento de transição a diferença entre os activos e passivos movimentados neste ajustamento é registada por contrapartida da rubrica de “resultados transitados”, tal como referido no parágrafo 8 da NCRF 3.

Método de determinação do justo valor

Como podemos verificar pelo ajustamento I, a utilização do justo valor como método de valorização da propriedade de investimento tem um impacto bastante significativo nas demonstrações financeiras da empresa, tanto ao nível do balanço como da demonstração dos resultados. Assim sendo, considero ser fundamental aferir acerca da forma de cálculo do justo valor da propriedade de investimento. Segundo o anexo consolidado do grupo Sonae Sierra, “o justo valor de cada propriedade de investimento em exploração e em desenvolvimento foi determinado através de avaliações reportadas às datas dos balanços, efectuadas por uma entidade especializada independente (Cushman & Wakefield)” (Anexo Consolidado Sonae Sierra 2009 – pág.36).

Ainda segundo o anexo consolidado do grupo Sonae Sierra, “a avaliação destas propriedades de investimento foi efectuada de acordo com os “Practice Statements” do “*RICS Appraisal and Valuation Manual*” publicado pelo “The Royal Institution of Chartered Surveyors” (“Red Book”), sediado em Inglaterra” (Anexo Consolidado Sonae Sierra 2009 – pág.36). O “Red Book” é onde se encontram definidas as orientações sobre as questões de avaliação dos activos, entre as quais, as propriedades de

¹¹ O justo valor acima indicado, representa o justo valor do Centro Comercial Colombo, tal como referido na página 35 do Anexo Consolidado da Sonae Sierra.

investimento. O objectivo dessa publicação passa por fornecer as bases e pressupostos a utilizar na avaliação desses activos, garantindo que as avaliações sejam claras, precisas e objectivas.

Assim podemos verificar, e tal como aconselhado na NCRF 11, o justo valor foi determinado com base numa avaliação efectuada por um avaliador independente com qualificação profissional reconhecida.

A NCRF 11, exige ainda, que seja indicada a forma como foi determinado o justo valor da propriedade de investimento, isto é, “os métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor de propriedades de investimento” (NCRF 11 – parágrafo 77). Neste sentido, e procurando resposta para esta divulgação obrigatória no anexo consolidado da Sonae Sierra, verificamos que a mesma é efectuada quando é referido que a “ metodologia adoptada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projecções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial, adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rendibilidade de mercado. Estas projecções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projecções não são previsões do futuro mas apenas reflectem a melhor estimativa do avaliador quanto à actual visão do mercado relativamente aos ganhos e perdas futuras de cada propriedade. A taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional” (Anexo consolidado de 2009 da Sonae Sierra pág.38). Neste sentido, é correcto afirmar que a empresa utiliza o método dos fluxos de caixa descontados para calcular o justo valor, sendo este, um dos métodos definidos pela NCRF 11 (parágrafo 48, alínea c) como forma de mensurar o justo valor das propriedades de investimento, conforme verificado no ponto 2.2.5.

Importa também definir quais são as perdas e ganhos considerados no horizonte temporal de 10 anos para determinar o justo valor da propriedade de investimento. Assim, e consoante informações transmitidas pelo grupo Sonae Sierra e também informações resultantes da reunião mantida entre a Deloitte (firma responsável pela auditoria às contas da Sonae Sierra) e a Cushman & Wakefield (entidade que efectua a avaliação das propriedades de investimento do grupo Sonae Sierra) são considerados na determinação do justo valor das propriedades de investimento os seguintes ganhos:

- Renda fixa;
- Renda variável (% que os lojistas pagam sobre o total das vendas);
- Direitos de ingresso (valor que os lojistas pagam à cabeça aquando da entrada no shopping);
- Ganhos da cogeração;
- Ganhos do parque de estacionamento.

As perdas consideradas são as seguintes:

- Ajustamentos para saldos de clientes incobráveis;
- Estimativa de lojistas que sairão do shopping;
- Fee cobrado pela empresa do grupo pela gestão efectuada do shopping;
- Imposto Municipal sobre imóveis;
- Seguros;
- Despesas de manutenção;
- Perdas do parque de estacionamento;
- Perdas da cogeração;

Dado que alguns dos ganhos e perdas considerados na avaliação da propriedade de investimento estão registados nas demonstrações financeiras da empresa, no momento da alteração de critério de mensuração da mesma para o justo valor, estes têm de ser anulados de forma a evitar que fiquem reconhecidos em duplicado.

Outra divulgação que é obrigatória ao nível da NCRF 11 e que torna o conceito do justo valor mais objectivo, é se mesmo foi determinado tendo por base evidências de mercado ou se foi mais ponderado por outros factores por força da natureza da propriedade e/ou falta de dados de mercado comparáveis. Procurando resposta para esta situação nas divulgações efectuadas no anexo do grupo Sonae Sierra podemos aferir que, mais uma vez, tal divulgação foi efectuada. Assim verifica-se que é indicado no anexo às demonstrações financeiras do grupo Sonae Sierra que existe um maior grau de julgamento utilizado pelo avaliador em virtude de “desde Setembro de 2008 têm-se observado eventos sem precedência no passado, como a falência de bancos de dimensão considerável, a nacionalização de outros e diminuições substanciais das taxas de juro. A crise global nos mercados financeiros e consequente efeito na restante economia mundial, tem causado níveis de volatilidade elevada nos mercados imobiliários, observando-se uma maior falta de liquidez e um menor volume de transacções” (Anexo consolidado Sonae Sierra de 2009 pág. 37).

Em suma, o grupo Sonae Sierra cumpre com o que é determinada na NCRF 11, quer na forma como o justo valor da propriedade de investimento é determinado, quer nas divulgações que são necessárias efectuar a esse respeito.

Ajustamento II – Anulação da reserva de reavaliação

Quadro n.º 7 - Anulação da reserva de reavaliação

	Ajustamentos SNC 01.01.2009 II	Ajustamentos SNC 31.12.2009 II
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
APITAL PRÓPRIO		
Outras reservas	(58.344.482)	(58.344.482)
Resultados transitados	58.344.482	58.344.482
Resultado líquido do período	-	-
Total do capital próprio	-	-

Fonte: Elaboração própria

O Colombo em anos anteriores tinha procedido à reavaliação livre do imobilizado corpóreo, a qual consistiu no aumento do valor de imobilizado por contrapartida de capital próprio. Dado que com o SNC houve uma alteração na forma de valorização do imobilizado/propriedade de investimento da empresa e todo o imobilizado corpóreo e incorpóreo foi anulado no ajustamento I, também tem que se anular a reserva de reavaliação. Assim o ajustamento a efectuar passa por anular o valor da reserva de reavaliação registada no capital próprio da empresa por contrapartida da rubrica de “resultados transitados” dado que a reavaliação do imobilizado corpóreo foi eliminada por força da alteração do critério de mensuração da propriedade de investimento do custo histórico para o justo valor.

Ajustamento III – Anulação dos custos diferidos

Quadro n.º 8 - Anulação dos custos diferidos

	Ajustamentos SNC 01.01.2009 III	Ajustamentos SNC 31.12.2009 III
ACTIVO		
ACTIVO CORRENTE		
Acréscimos e Diferimentos	(3.912.882)	(3.568.419)
Activos por impostos diferidos	1.036.914	945.631
	(2.875.968)	(2.622.788)
Total do activo	(2.875.968)	(2.622.788)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Resultados transitados	(2.875.968)	(2.875.968)
Resultado líquido do período	-	253.180
Total do capital próprio	(2.875.968)	(2.622.788)
PASSIVO CORRENTE		
Total do passivo	-	-
Total do capital próprio e do passivo	(2.875.968)	(2.622.788)

Fonte: Elaboração própria

Este ajustamento consiste na anulação dos custos diferidos relacionados com as comissões pagas sobre os direitos de ingresso, comissões sobre remunerações, benfeitorias e fit-outs, os quais, decorrente da utilização do justo valor para a mensuração das propriedades de investimento, estão incluídos na avaliação efectuada pelo avaliador independente.

Primeiramente julgo que será importante definir os conceitos atrás referidos. Os lojistas aquando a sua entrada no shopping pagam à empresa um “fee” para poderem efectuar a exploração da loja (direitos de ingresso), sendo que uma parte desse direito de ingresso facturado ao lojista é pago à empresa que faz a gestão do shopping, através de uma comissão que é denominada de comissão sobre direitos de ingresso. Esta comissão era em POC diferida pelo prazo do contrato do lojista a que dizia respeito.

Quando é efectuado um contrato com um lojista, são determinadas quais as rendas que este tem a pagar durante o período de vigência do mesmo. Dado que é a empresa do grupo a responsável pela relação com o lojista, é esta que factura as rendas ao cliente, sendo que depois transfere os montantes recebidos para o centro Colombo. Assim, e pelos serviços de facturação e cobrança das rendas, é facturado ao Colombo uma comissão (comissão sobre remunerações). Estas comissões, eram em POC, diferidas pelo prazo de vigência do contrato celebrado com o lojista.

As benfeitorias respeitam a valores pagos aos lojistas para que estes abandonem as lojas do shopping. A empresa adopta este procedimento quando, através das análises efectuadas à rentabilidade dos mesmos, encontra um novo lojista que é mais favorável do que aquele que anteriormente ocupava a loja. Esse valor pago a título de indemnização é denominado de benfeitoria, e encontrava-se a ser diferido consoante a duração do contrato celebrado com o novo lojista.

Por fim, os fit-outs respeitam a obras de melhoramento de lojas, sendo que os custos incorridos com as obras eram diferidos pelo prazo ainda não vencido do contrato com o lojista.

Como vimos anteriormente, na determinação do justo valor todos estes custos são considerados pelo avaliador pelo que estão incluídos no valor da propriedade de investimento determinado por aquele, a cada data de balanço. Neste sentido, decorrente da alteração do critério de mensuração da propriedade de investimento, estes montantes têm de ser anulados (evitando que os mesmos fiquem duplicados em balanço), sendo a contrapartida desta anulação a rubrica de “resultados transitados”.

Dado que, de acordo com o POC estas despesas eram reconhecidas linearmente na demonstração dos resultados consoante o prazo de vigência dos contratos, estes reduziam o resultado tributável da empresa, levando a que a mesma pagasse menos imposto no final de cada exercício. Assim este ajustamento configura-se como um ajustamento de transição com impacto fiscal. O legislador definiu que os efeitos

nos capitais próprios decorrentes da adopção, pela primeira vez, do Sistema de Normalização Contabilística “que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respectiva legislação complementar, resultantes do reconhecimento ou não reconhecimento de activos ou passivos, ou de alterações na respectiva mensuração, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação em que se apliquem aquelas normas e dos quatro períodos de tributação seguintes” (DL n.º 159/2009 art.º 5.º ponto 1 e 5), pelo que estes diferimentos que são anulados para efeitos de conversão de contas preparadas de acordo com o POC para SNC, serão aceites como custo fiscal por um período de cinco anos. Assim, da anulação destes custos diferidos, resulta um activo por imposto diferido que se calcula mediante a aplicação da taxa de imposto (26,5%) sobre o valor dos custos diferidos anulados.

Ajustamento IV – Anulação das contas a pagar de comissões sobre remunerações e direitos de ingresso

Quadro n.º 9 - Anulação das contas a pagar de comissões sobre direitos de ingresso e comissões sobre remunerações

	Ajustamentos SNC 01.01.2009 IV	Ajustamentos SNC 31.12.2009 IV
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Resultados transitados	135.464	135.464
Resultado líquido do período	-	66.791
Total do capital próprio	135.464	202.255
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Passivos por impostos diferidos	48.841	72.921
	48.841	72.921
PASSIVO CORRENTE		
Outras contas a pagar	(184.305)	(275.176)
Total do passivo	(184.305)	(275.176)
Total do capital próprio e do passivo	(135.464)	(202.255)

Fonte: Elaboração própria

Este ajustamento reflecte a anulação das contas a pagar referente a comissões sobre os direitos de ingresso e sobre remunerações. Dado que o justo valor da propriedade de investimento registado em balanço, como vimos anteriormente, inclui estes montantes, os mesmos têm de ser anulados de forma a evitar a duplicação em balanço. No momento da transição, esta anulação é efectuada por contrapartida da rubrica de “resultados transitados”. A 31.12.2009, a variação da rubrica face ao ano anterior é anulada por contrapartida do resultado líquido do exercício. Adicionalmente, há lugar ao registo do imposto diferido passivo pela relação entre este ajustamento e o ajustamento I (registo do justo valor da propriedade de investimento), dado que o diferencial entre o lançamento do justo valor da propriedade de investimento e

todos os montantes anulados por já se encontrarem incluídos no mesmo, concorrem para o apuramento da reavaliação efectuada em balanço e assim geram imposto diferido.

Ajustamento V – Anulação da conta de proveitos diferidos referente aos direitos de ingresso

Como vimos anteriormente, na definição das comissões sobre os direitos de ingresso, os lojistas no momento da entrada no shopping pagam um valor pela exploração da loja. Esse valor pago, é denominado de “direito de ingresso”. Esses direitos de ingresso, segundo o POC, eram diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados pelo prazo de vigência do contrato celebrado com o lojista. Dado que estes direitos de ingresso são considerados pelo avaliador na determinação do justo valor da propriedade de investimento, estes serão anulados na transição para o SNC (de forma a evitar a duplicação de registos contabilísticos), sendo a contrapartida a rubrica de “Resultados transitados”. Este ajustamento também se configura como um ajustamento de transição com impacto fiscal, dado que, se a empresa continuasse a diferir os direitos de ingresso, iria no futuro reconhecer ganhos e assim aumentar o resultado tributável. Neste sentido, e à semelhança do que acontece com os custos diferidos referidos no ajustamento III, a empresa terá que, neste caso, calcular um passivo por imposto diferido, que será utilizado por um período de cinco anos, conforme define o DL n.º 159/2009 art.º 5.º.

Quadro n.º 10 - Anulação da conta de proveitos diferidos referente a direitos de ingresso

	Ajustamentos SNC 01.01.2009	Ajustamentos SNC 31.12.2009
	V	V
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Resultados transitados	6.245.598	6.245.598
Resultado líquido do período	-	(447.229)
Total do capital próprio	6.245.598	5.798.369
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Passivos por impostos diferidos	2.251.814	2.090.568
	2.251.814	2.090.568
PASSIVO CORRENTE		
Diferimentos	(8.497.412)	(7.888.937)
Total do passivo	(8.497.412)	(7.888.937)
Total do capital próprio e do passivo	(6.245.598)	(5.798.369)

Fonte: Elaboração própria

Ajustamento VI – Anulação da conta a receber de direitos de ingresso

Este ajustamento reflecte a anulação da conta a receber referente aos direitos de ingresso em dívida por parte dos lojistas, uma vez que os mesmos já são tidos em consideração pelo avaliador independente na valorização da propriedade de investimento. No momento da transição, esta anulação é efectuada por contrapartida da rubrica de “resultados transitados”. A 31.12.2009, a variação da rubrica face ao ano anterior é anulada por contrapartida do resultado líquido do exercício. Por outro lado, o registo do activo

por imposto diferido está relacionado com o ajustamento I (registo do justo valor da propriedade de investimento), dado que o diferencial entre o lançamento do justo valor da propriedade de investimento e todos os montantes anulados por se encontrarem incluídos no mesmo, concorrem para o apuramento da reavaliação efectuada em balanço gerando assim imposto diferido.

Quadro n.º 11 - Anulação da conta a receber de direitos de ingresso

ACTIVO	Ajustamentos SNC 01.01.2009	Ajustamentos SNC 31.12.2009
	VI	VI
ACTIVO CORRENTE		
Outras contas a receber	(1.234.959)	(1.488.798)
Activos por impostos diferidos	327.264	394.531
	(907.695)	(1.094.267)
Total do activo	(907.695)	(1.094.267)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Resultados transitados	(907.695)	(907.695)
Resultado líquido do período	-	(186.572)
Total do capital próprio	(907.695)	(1.094.267)

Fonte: Elaboração própria

Ajustamento VII – Anulação dos custos diferidos referentes à cogeração

Quadro n.º 12 - Anulação dos custos diferidos referentes à cogeração

ACTIVO	Ajustamentos SNC 01.01.2009	Ajustamentos SNC 31.12.2009
	VII	VII
ACTIVO CORRENTE		
Acréscimos e Diferimentos	(68.071)	(411.483)
Activos por impostos diferidos	18.039	109.043
	(50.032)	(302.440)
Total do activo	(50.032)	(302.440)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO		
Resultados transitados	(50.032)	(50.032)
Resultado líquido do período	-	(252.408)
Total do capital próprio	(50.032)	(302.440)

Fonte: Elaboração própria

O ajustamento de balanço VII reflecte a anulação dos custos diferidos associados à cogeração. O Colombo tem uma central de cogeração, isto é, tem uma central que produz energia eléctrica. Todas as reparações efectuadas à central de produção de energia eléctrica eram anteriormente diferidas em balanço, sendo reconhecidas na demonstração dos resultados até à data estimada da próxima reparação. Dado que estes custos estão incluídos na avaliação da propriedade de investimento efectuada pelo avaliador

independente, os mesmos já se encontrarem considerados na rubrica de “propriedades de investimento”. Assim, estes custos têm de ser anulados por contrapartida da rubrica de “resultados transitados”, uma vez que se trata de um ajustamento de transição. Dado que, de acordo com o POC, estes custos eram reconhecidos linearmente na demonstração dos resultados até à data estimada da próxima reparação, os mesmos reduziam o resultado tributável da empresa, levando a que esta pagasse menos imposto no final de cada exercício. Face ao exposto, este ajustamento configura-se como um ajustamento de transição com impacto fiscal, pelo que terá de ser reconhecido um imposto diferido activo que será utilizado nos próximos 5 anos, conforme define o DL n.º 159/2009 art.º 5.º.

Ajustamento VIII – Reconhecimento do passivo financeiro pelo método do custo amortizado

Quadro n.º 13 - Reconhecimento do passivo financeiro pelo método do custo amortizado

ACTIVO		Ajustamentos SNC 01.01.2009	Ajustamentos SNC 31.12.2009
		VIII	VIII
ACTIVO CORRENTE			
Acrescimos e Diferimentos		(1.846.674)	(1.670.126)
Total do activo		<u>(1.846.674)</u>	<u>(1.670.126)</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos		(1.846.674)	(1.670.126)
Total do passivo		<u>(1.846.674)</u>	<u>(1.670.126)</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>(1.846.674)</u>	<u>(1.670.126)</u>

Fonte: Elaboração própria

Os custos diferidos reclassificados neste ajustamento, dizem respeito aos gastos iniciais incorridos com a emissão do empréstimo bancário obtido para a construção do shopping. Pelo disposto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros, os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal líquido de despesas incorridas com a emissão dos mesmos. Assim, todas as despesas com a emissão do empréstimo, pagas antecipadamente aquando da emissão deste, são reconhecidas pelo método do custo amortizado, passando a estar classificados a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos. Estes são reconhecidos na demonstração dos resultados até à data de maturidade do empréstimo.

Ajustamento IX – Registo do justo valor do derivado de cobertura

Este ajustamento consiste no registo do justo valor do derivado de cobertura de taxa de juro associado ao empréstimo bancário. O justo valor foi determinado com base numa avaliação efectuada pelo banco com

o qual a empresa tem o contrato de derivado ⁽¹²⁾. Dado tratar-se de um derivado de cobertura, o registo do justo valor do mesmo é feito em capital próprio, na rubrica de “outras reservas” por contrapartida de uma conta a pagar/receber consoante o justo valor do derivado. Os custos associados ao derivado são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que incorrido. A contabilização dos instrumentos financeiros (derivados) de cobertura conforme é proposto neste ajustamento vem definido na NCRF 27. Esta NCRF indica que “se as condições de qualificação (enquanto instrumento de cobertura) forem satisfeitas e a cobertura de risco respeitar a exposição à variabilidade da taxa de juro de um instrumento de dívida (...) a entidade deve reconhecer as alterações no justo valor do instrumento de cobertura directamente em capital próprio e subsequentemente, deverá reconhecer as liquidações periódicas em base líquida na demonstração dos resultados no período em que as liquidações em base líquida ocorram” (NCRF 27 – paragrafo 41). O justo valor do derivado representa as perdas/ganhos que se espera obter do mesmo até à data de maturidade. De salientar que, consoante o justo valor do derivado seja positivo ou negativo, este dará origem ao registo de imposto diferido. Se o justo valor do derivado for negativo, a empresa regista um imposto diferido activo, resultante da poupança fiscal que irá obter até à maturidade do derivado. Se o mesmo fosse positivo, a empresa registaria um passivo por imposto diferido pelo aumento do resultado tributável. A cada data de balanço, a empresa deve obter a avaliação do justo valor do derivado e assim registar a variação do justo valor nos capitais próprios, actualizando também a conta a pagar/receber e os impostos diferidos associados.

Quadro n.º 14 - Registo do justo valor do derivado de cobertura

ACTIVO		Ajustamentos SNC 01.01.2009	Ajustamentos SNC 31.12.2009
		IX	IX
ACTIVO CORRENTE			
Activos por impostos diferidos		3.570.505	4.051.440
Total do activo		3.570.505	4.051.440
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Outras reservas		(9.903.098)	(11.237.014)
Resultado líquido do período		-	-
Total do capital próprio		(9.903.098)	(11.237.014)
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Outros passivos financeiros		13.473.603	15.288.454
Total do passivo		13.473.603	15.288.454
Total do capital próprio e do passivo		3.570.505	4.051.440

Fonte: Elaboração própria

¹² O valor do instrumento de cobertura de taxa de juro representa o justo valor do Swap do Colombo, sendo que foi obtido na nota 18 do anexo consolidado do grupo Sonae Sierra.

Ajustamento X – Desempolamento da taxa de esgoto

Quadro n.º 15 - Desempolamento da taxa de esgoto

ACTIVO		Ajustamentos SNC 01.01.2009	Ajustamentos SNC 31.12.2009
		X	X
ACTIVO CORRENTE			
Acréscimo de proveitos		(353.126)	(354.431)
Total do activo		(353.126)	(354.431)
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Acréscimo de custos		(353.126)	(354.431)
Total do passivo		(353.126)	(354.431)
Total do capital próprio e do passivo		(353.126)	(354.431)

Fonte: Elaboração própria

A taxa de esgoto é uma taxa cobrada por algumas Câmaras Municipais em resultado da utilização e conservação dos esgotos da cidade. Este custo é facturado à empresa no final de cada ano sendo que o Colombo o transfere aos lojistas, não sendo portanto considerada como uma despesa do centro. Dado que estas despesas ainda não tinham sido facturadas, e de acordo com o princípio da especialização do exercício, a empresa tinha efectuado o respectivo acréscimo de custos, pelo valor que a Câmara iria facturar, e acréscimo de proveitos, dado que esta taxa seria depois facturada aos lojistas. De acordo com o novo normativo contabilístico “o rédito e os gastos que se relacionem com a mesma transacção ou outro acontecimento são reconhecidos simultaneamente; este processo é geralmente referido como o balanceamento dos réditos com os gastos”, (NCRF 20, parágrafo 19), pelo que esta situação configura um empolamento de activos e passivos e de perdas e ganhos. Neste sentido, as respectivas contas de acréscimo de proveitos e acréscimo de custo devem ser anuladas.

Comparação do balanço a 1 de Janeiro de 2009

Conforme podemos verificar pelo quadro n.º 16, a alteração de normativo contabilístico origina diferenças significativas no momento da transição.

No total do activo, houve um aumento de sensivelmente 165 milhões de euros (o que equivale a um aumento de 25%) essencialmente decorrente da variação do activo não corrente e das rubricas de “outras contas a receber”, “acrécimos e diferimentos activos” e “activos por impostos diferidos”. O aumento do activo não corrente é explicado pela alteração do critério de mensuração da propriedade de investimento, do custo histórico para o justo valor. A diminuição das outras contas a receber resulta da anulação da conta a receber de direitos de ingresso, uma vez que a mesma já se encontra considerada no justo valor da propriedade de investimento. A diminuição dos acréscimos e diferimentos activos resulta da anulação dos

custos diferidos (comissões sobre direitos de ingresso e remunerações, fit-outs, benfeitorias e custo com a reparação do serviço de cogeração) uma vez que os mesmos, também se encontram considerados no justo valor da propriedade de investimento. A anulação dos custos diferidos vai gerar o registo de activos por impostos diferidos, dado que se os mesmos continuassem a ser diferidos, seriam aceites como custo fiscal. Assim, o legislador definiu que estes custos diferidos, apesar de serem ajustados no processo de transição, serão aceites fiscalmente por um período de cinco anos.

O total do passivo da empresa também apresenta diferenças significativas no momento da transição, dado que aumentou quase 50 milhões de euros (sensivelmente 9%). A variação do passivo decorre do aumento das rubricas de “passivos por impostos diferidos” e “outros instrumentos financeiros”. No entanto verifica-se a diminuição dos diferimentos. O aumento dos passivos por impostos diferidos está, essencialmente relacionado com a revalorização da propriedade de investimento, revalorização essa que apenas será tributada no futuro, gerando assim uma diferença temporária entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais. O aumento dos outros passivos financeiros resulta do registo do justo valor do derivado de cobertura de taxa de juro. Por sua vez, a diminuição dos diferimentos decorre da anulação dos proveitos diferidos associados aos direitos de ingresso, uma vez que estes estão considerados no justo valor da propriedade de investimento.

Quanto ao capital próprio, nota-se um grande reforço do mesmo, uma vez que os ajustamentos de transição, que são efectuados por contrapartida da rubrica de resultados transitados, têm um impacto maior no activo do que no passivo. Assim, o capital próprio da empresa passou de sensivelmente 91 milhões em POC, para quase 207 milhões em SNC.

Comparação do balanço a 31 de Dezembro de 2009

Na comparação do balanço a 31 de Dezembro de 2009 efectuada no quadro n.º 17, entre o POC e o SNC, verifica-se que as variações são semelhantes e no mesmo sentido às sucedidas no momento de transição. Apenas de ressaltar que os ajustamentos do ano de 2009 já não têm impacto nos resultados transitados, mas sim no resultado líquido do exercício. Assim, o mesmo passa de sensivelmente 12 milhões positivos em POC para quase 33 milhões negativos em SNC, o que representa uma descida de 376%. Esta diminuição ocorre, essencialmente, devido à variação do justo valor entre datas de balanço ser registado na demonstração dos resultados.

A transição para o SNC e a adopção do justo valor – impactos numa empresa portuguesa

Quadro n.º 16 - Comparação do balanço a 01.01.2009

ACTIVO	1 de Janeiro de 2009 - POC	1 de Janeiro de 2009 - NCRF	Varição Absoluta	Varição relativa	Ajustamento
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Activos fixos tangíveis	626.852.798	-			Ajustamento I
Propriedades de investimento	-	793.883.000			Ajustamento I
Activos intangíveis	458	-			Ajustamento I
	626.853.256	793.883.000	167.029.744	27%	
ACTIVO CORRENTE					
Clientes	3.087.572	3.087.572			
Outras contas a receber	18.579.705	17.344.746			Ajustamento VI
Acrescimos e Diferimentos	12.911.015	6.730.262			Ajustamento III, VII, VIII e X
Caixa e depósitos bancários	352.542	352.542			
Activos por impostos diferidos	-	4.952.722			Ajustamento III, VI, VII e IX
	34.930.834	32.467.844	(2.462.990)	-7%	
Total do activo	661.784.090	826.350.844	164.566.754	25%	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital realizado	46.211.700	46.211.700			
Reservas legais	9.242.340	9.242.340			
Outras reservas	58.344.482	(9.903.098)			Ajustamento II e IX
Resultados transitados	(28.735.999)	154.922.712			Ajustamento I, II, III, IV, V, VI e VII
Resultado líquido do período	6.262.492	6.262.492			
Total do capital próprio	91.325.015	206.736.146	115.411.131	126%	
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Financiamentos obtidos	407.391.393	405.544.719			Ajustamento VIII
Passivos por impostos diferidos	124.150.338	170.713.875			Ajustamento I, IV e V
Outros passivos financeiros	-	13.473.603			Ajustamento IX
	531.541.731	589.732.197	58.190.466	11%	
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	740.389	740.389			
Estado e outros entes públicos	3.312.911	3.312.911			
Outras contas a pagar	10.237.850	10.053.545			Ajustamento IV
Diferimentos	24.626.194	15.775.656			Ajustamento V e X
	38.917.344	29.882.501	(9.034.843)	-23%	
Total do passivo	570.459.075	619.614.698	49.155.623	9%	
Total do capital próprio e do passivo	661.784.090	826.350.844	164.566.754	25%	

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 17 - Comparação do balanço a 31.12.2009

ACTIVO	31 de Dezembro de 2009 - POC	31 de Dezembro de 2009 - SNC	Varição Absoluta	Varição relativa	Ajustamento
ACTIVO NÃO CORRENTE					
Activos fixos tangíveis	621.867.235	-			Ajustamento I
Propriedades de investimento	-	728.665.000			Ajustamento I
Activos intangíveis	283	-			Ajustamento I
	621.867.518	728.665.000	106.797.482	17%	
ACTIVO CORRENTE					
Clientes	4.438.826	4.438.826			
Outras contas a receber	19.275.648	17.786.850			Ajustamento VI
Acrescimos e Diferimentos	10.889.990	4.885.531			Ajustamento III, VII, VIII e X
Caixa e depósitos bancários	180.750	180.750			
Activos por impostos diferidos	-	5.500.646			Ajustamento III, VI, VII e IX
	34.785.214	32.792.603	(1.992.611)	-6%	
Total do activo	656.652.732	761.457.603	104.804.871	16%	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital realizado	46.211.700	46.211.700			
Reservas legais	9.242.340	9.242.340			
Outras reservas	58.344.482	(11.237.014)			Ajustamento II e IX
Resultados transitados	(35.344.847)	148.313.864			Ajustamento I, II, III, IV, V, VI e VII
Resultado líquido do período	11.919.688	(32.917.263)			
Total do capital próprio	90.373.363	159.613.627	69.240.264	77%	
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Financiamentos obtidos	412.101.941	410.431.816			Ajustamento VIII
Passivos por impostos diferidos	124.042.834	154.507.656			Ajustamento I, IV e V
Outros passivos financeiros	-	15.288.454			Ajustamento IX
	536.144.775	580.227.926	44.083.151	8%	
PASSIVO CORRENTE					
Fornecedores	462.001	462.001			
Estado e outros entes públicos	4.083.038	4.083.038			
Outras contas a pagar	7.552.873	7.277.697			Ajustamento IV
Diferimentos	18.036.682	9.793.314			Ajustamento V e X
	30.134.594	21.616.050	(8.518.544)	-28%	
Total do passivo	566.279.369	601.843.976	35.564.606	6%	
Total do capital próprio e do passivo	656.652.732	761.457.603	104.804.870	16%	

Fonte: Elaboração própria

4.3 - Conversão da demonstração dos resultados de 2009 de POC para SNC

I – Registo da variação do justo valor da propriedade de investimento

Quadro n.º 18 - Registo da variação do justo valor da propriedade de investimento

RENDIMENTOS E GASTOS	Propriedade de investimento
	I
Fornecimentos e serviços externos	(802.244)
Aumentos/reduções do justo valor	(65.218.000)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(66.020.244)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.787.981
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(60.232.263)
Resultado antes de impostos	(60.232.263)
Impostos sobre o rendimento do período	15.961.550
Resultado líquido do período	(44.270.713)

Fonte: Elaboração própria

Este ajustamento está relacionado com o ajustamento I efectuado em balanço, e consiste no registo da variação do justo valor da propriedade de investimento entre datas de balanço. Assim o ajustamento a efectuar, passa por registar a variação do ano na rubrica de “aumentos/reduções do justo valor” e anular as amortizações do exercício que tinham sido calculadas sob o normativo POC. Dado que se trata de uma desvalorização da propriedade de investimento, é necessário também ajustar os impostos diferidos e assim, diminuir o passivo por imposto diferido calculado inicialmente, através da aplicação da taxa de imposto à desvalorização do ano da propriedade de investimento. Adicionalmente, o montante registado na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” representa as adições de imobilizado do ano de 2009 consideradas em POC, que em SNC, e uma vez que a propriedade de investimento se encontra valorizada ao justo valor, são consideradas como gastos subsequentes e consequentemente registadas como custo do exercício.

II – Anulação dos custos de comissões sobre remunerações e direitos de ingresso

Quadro n.º 19 - Anulação das comissões sobre remunerações e direitos de ingresso

RENDIMENTOS E GASTOS	Comissões sobre remunerações e sobre direitos de ingresso
	II
Fornecimentos e serviços externos	113.142
Resultado antes de impostos	113.142
Impostos sobre o rendimento do período	(29.983)
Resultado líquido do período	83.159

Fonte: Elaboração própria

Como vimos no ajustamento III de balanço, os custos com comissões sobre remunerações e direitos de ingresso eram diferidos de acordo com o prazo dos contratos celebrados com os lojistas. No entanto, com a alteração para o SNC, estas despesas já pagas e que se encontram a ser diferidas, já estão consideradas na avaliação da propriedade de investimento, pelo que tanto os custos diferidos como o seu reconhecimento na demonstração dos resultados do exercício têm de ser anulados.

III - Anulação dos custos de benfeitorias e fit-outs

Quadro n.º 20 - Anulação das benfeitorias e fit-outs

RENDIMENTOS E GASTOS		Anulação Benfeitorias e fit-outs
		III
Outros gastos e perdas		322.193
	Resultado antes de impostos	322.193
Impostos sobre o rendimento do período		(85.381)
	Resultado líquido do período	236.812

Fonte: Elaboração própria

À semelhança do descrito no ajustamento anterior, as despesas com benfeitorias e fit-outs eram, sob o normativo POC, diferidas e reconhecidas na demonstração dos resultados pelo período de vigência dos contratos celebrados com os lojistas a que diziam respeito. No entanto, e dado que estes montantes já se encontram considerados na avaliação da propriedade de investimento, tanto os custos diferidos, como o seu reconhecimento na demonstração dos resultados, têm de ser ajustados no processo de transição para que não sejam considerados em duplicado.

IV - Anulação da imputação dos proveitos diferidos relacionada com os direitos de ingresso

Quadro n.º 21 - Anulação do reconhecimento na demonstração dos resultados dos direitos de ingresso

RENDIMENTOS E GASTOS		Anulação proveitos diferidos - direitos de ingresso
		IV
Outros rendimentos e ganhos		(862.314)
	Resultado antes de impostos	(862.314)
Impostos sobre o rendimento do período		228.513
	Resultado líquido do período	(633.801)

Fonte: Elaboração própria

O procedimento para os proveitos reconhecidos na demonstração dos resultados referente aos direitos de ingresso que eram diferidos segundo o POC, é semelhante ao efectuado com os custos que anteriormente também eram diferidos nomeadamente as comissões sobre remunerações, comissões sobre direitos de ingresso, benfeitorias e fit-outs. Assim, e dado que estes já estão considerados na avaliação da propriedade de investimento, os mesmos têm de ser ajustados no processo de transição para o SNC. O

ajustamento efectuado passa por anular os proveitos registados na demonstração dos resultados, o que resulta na diminuição do resultado líquido do exercício.

V – Anulação dos custos associados à reparação do serviço de cogeração

Quadro n.º 22 - Anulação dos custos associados à reparação do serviço de cogeração

RENDIMENTOS E GASTOS	Custo da reparação do serviço de cogeração
	V
Fornecimentos e serviços externos	(343.412)
Resultado antes de impostos	(343.412)
Impostos sobre o rendimento do período	91.004
Resultado líquido do período	(252.408)

Fonte: Elaboração própria

Tal como verificado no ajustamento VII do balanço, os custos diferidos associados à central de cogeração têm de ser anulados na transição para o SNC, dado que os mesmos estão incluídos na valorização da propriedade de investimento. Neste sentido, o reconhecimento na demonstração dos resultados dos custos associados às reparações efectuadas na central de cogeração, também têm de ser anulados, dado que o seu impacto já foi considerado, pelo avaliador, aquando da valorização da propriedade de investimento.

VI – Desempolamento da taxa de esgoto

Quadro n.º 23 - Desempolamento da taxa de esgoto

RENDIMENTOS E GASTOS	Desempolamento taxa de esgoto
	VI
Outros rendimentos e ganhos	(355.492)
Outros gastos e perdas	355.492
Resultado antes de impostos	-
Impostos sobre o rendimento do período	-
Resultado líquido do período	-

Fonte: Elaboração própria

Como vimos no ajustamento X de balanço, a empresa tinha em POC empolado os acréscimos de proveitos e os acréscimos de custos, no balanço, e consequentemente, os ganhos e as perdas na demonstração dos resultados. Dado que, em SNC, este tipo de situações não deve ocorrer, conforme refere o parágrafo 19 da NCRF 20, foram anuladas as contas de balanço no ajustamento X, sendo que o procedimento tem de ser idêntico para as respectivas contas da demonstração dos resultados.

VII - Reclassificação dos proveitos extraordinários

Quadro n.º 24 - Reclassificação dos proveitos extraordinários

RENDIMENTOS E GASTOS		Reclassificação dos custos extraordinários
		VII
Outros rendimentos e ganhos		9.801
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.801
Resultados extraordinários		(9.801)
	Resultado antes de impostos	-
Impostos sobre o rendimento do período		-
	Resultado líquido do período	-

Fonte: Elaboração própria

Em resultado da introdução do SNC, e conforme referido no parágrafo 35 da NCRF 1, foi extinto o conceito de custos e proveitos extraordinários. Assim, os proveitos extraordinários registados em POC, têm de ser reclassificados para os resultados operacionais da empresa (os proveitos registados diziam respeito a excesso de estimativa de imposto do ano anterior). Neste sentido, este ajustamento visa reclassificar os proveitos extraordinários para a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

Comparação da demonstração dos resultados

Quadro n.º 25 - Comparação da demonstração dos resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	31 de Dezembro de 2009 (POC)	31 de Dezembro de 2009 (SNC)	Varição Absoluta	Varição Relativa	Ajustamento
Vendas e serviços prestados	53.108.810	53.108.810	-	0%	
Fornecimentos e serviços externos	(11.639.133)	(12.671.647)	1.032.514	9%	Ajustamento I, II, III e V
Aumentos/reduções do justo valor	-	(65.218.000)	65.218.000	n.a	Ajustamento I
Outros rendimentos e ganhos (c)	6.719.636	5.511.631	1.208.005	-18%	Ajustamento IV ; VI ; VII
Outros gastos e perdas (b)	(3.656.105)	(2.978.420)	(677.685)	-19%	Ajustamento III ; VI
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	44.533.208	(22.247.626)	66.780.834	-150%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(5.787.981)	-	(5.787.981)	-100%	Ajustamento I
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	38.745.227	(22.247.626)	60.992.853	-157%	
Juros e rendimentos similares obtidos	5.309	5.309	-	0%	
Juros e gastos similares suportados	(22.545.222)	(22.545.222)	-	0%	
Resultados extraordinários	9.801	-	9.801	-100%	Ajustamento VII
Resultado antes de impostos	16.215.115	(44.787.539)	61.002.654	-376%	
Impostos sobre o rendimento do período	(4.295.427)	11.870.276	(16.165.703)	-376%	Ajustamento I ; II ; III ; IV ; V
Resultado líquido do período	11.919.688	(32.917.263)	44.836.951	-376%	

Fonte: Elaboração própria

Pelo quadro n.º 25, verifica-se que a mudança de normativo resulta em diferenças significativas na demonstração dos resultados. O resultado operacional da empresa diminui sensivelmente 61 milhões de euros (o que representa uma descida de 157%), essencialmente devido ao facto da variação do justo valor entre datas de balanço ser registado na demonstração dos resultados na rubrica de reduções do justo valor. De referir que o efeito no resultado líquido do exercício da redução do justo valor é minimizado pela reversão do passivo por imposto diferido constituído no momento da alteração do critério de mensuração da propriedade de investimento. Face a todos os ajustamentos efectuados o resultado líquido do exercício vem diminuído em quase 45 milhões de euros, o que equivale a uma descida de 376%.

Do estudo efectuado é visível que a transição do POC para o SNC se traduz em relevantes alterações ao nível dos activos, passivos e capitais próprios do Colombo.

4.4 - Divulgações exigidas pela NCRF 3

Conforme foi analisado no ponto 2.2.2, a NCRF 3 exige no parágrafo 14 que sejam preparadas a reconciliação do capital próprio, tanto no momento da transição (1 de Janeiro de 2009), como na data de apresentação das últimas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior referencial contabilístico (31 de Dezembro de 2009). Deve também ser efectuada a reconciliação do resultado líquido do exercício relativo ao último período do anterior normativo para o SNC. Assim, neste ponto do trabalho serão efectuadas as reconciliações exigidas pela NCRF 3 de forma a evidenciar todos os ajustamentos com impacto nos capitais próprios da empresa em estudo.

O detalhe dos ajustamentos, com efeito no capital próprio a 1 de Janeiro de 2009 e a 31 de Dezembro de 2009, para efeitos de conversão para as NCRF no Colombo, é evidenciado nos quadros n.º 26 e n.º 27.

Quadro n.º 26 - Reconciliação do capital próprio a 01.01.2009

	01.01.2009
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	91.325.015
Ajustamentos de conversão	
Alteração do critério de valorimetria da propriedade de investimento para o justo valor	122.766.862
Anulação dos custos diferidos referentes a comissões sobre direitos de ingresso, sobre remunerações, benfeitorias e fit-outs	(2.875.968)
Anulação das contas a pagar referentes a comissões sobre remunerações e direitos de ingresso	135.464
Anulação do proveito diferido referente a direitos de ingresso	6.245.598
Anulação da conta a receber decorrente de direitos de ingresso facturados	(907.695)
Anulação dos custos diferidos referente ao serviço de cogeração	(50.032)
Registo do justo valor do derivado de cobertura de taxa de juro	(9.903.098)
	115.411.131
Capital próprio de acordo com as NCRF	206.736.146

Quadro n.º 27 - Reconciliação do capital próprio a 31.12.2009

	31.12.2009
Capital próprio de acordo com o anterior normativo contabilístico	90.373.363
Ajustamentos de conversão em capital próprio à data de transição	115.411.131
Ajustamentos do período em resultados:	
Alteração do critério de valorimetria da propriedade de investimento para o justo valor	(44.270.713)
Anulação dos custos diferidos referentes a comissões sobre direitos de ingresso, sobre remunerações, benfeitorias e fit-outs	253.180
Anulação das contas a pagar referentes a comissões sobre remunerações e direitos de ingresso	66.791
Anulação de proveitos diferidos referente a direitos de ingresso	(447.229)
Anulação da conta a receber decorrentes de direitos de ingresso facturados	(186.572)
Anulação dos custos diferidos referente à cogeração	(252.408)
	(44.836.951)
Variação do justo valor do instrumento de cobertura de taxa de juro	(1.333.916)
Ajustamento total ao capital próprio	69.240.264
Capital próprio de acordo com as NCRF	159.613.627

Fonte: Elaboração própria

Pela análise do quadro n.º 26, fica evidenciado o grande impacto nos capitais próprios no momento da transição, dado que o mesmo aumenta cerca de 115.5 milhões de euros. No quadro n.º 27 verifica-se que, não é só no momento da transição que existem diferenças significativas nos capitais próprios, uma vez que o efeito nos mesmos, a 31 de Dezembro de 2009, é de sensivelmente 70.5 milhões de euros.

Adicionalmente, a empresa no processo de transição tem de preparar a reconciliação do resultado líquido do exercício entre normativos. A mesma pode ser apresentada conforme o quadro n.º 28.

Quadro n.º 28 - Reconciliação do resultado líquido do exercício a 31.12.2009

	31.12.2009
Resultado líquido do exercício de acordo com o anterior normativo contabilístico	11.919.688
<u>Ajustamentos de conversão</u>	
Alteração do critério de valorimetria da propriedade de investimento para o justo valor	(44.270.713)
Anulação dos custos diferidos referentes a comissões sobre direitos de ingresso, sobre remunerações, benfeitorias e fit-outs	253.180
Anulação das contas a pagar referentes a comissões sobre remunerações e direitos de ingresso	66.791
Anulação de proveitos diferidos referente a direitos de ingresso	(447.229)
Anulação da conta a receber decorrentes de direitos de ingresso facturados	(186.572)
Anulação dos custos diferidos referente à cogeração	(252.408)
	(44.836.951)
Resultado líquido do exercício de acordo com as NCRF	(32.917.263)

Fonte: Elaboração própria

Pela análise do quadro n.º 28 verifica-se que, após o momento de transição, a mudança de normativo resulta numa diminuição significativa do resultado líquido do exercício, uma vez que o somatório dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado de 2009 totaliza quase 45 milhões de euros. O quadro n.º 28 evidencia, mais uma vez, que o ajustamento com maior peso no resultado líquido do exercício do Colombo, é a alteração do critério de mensuração da propriedade de investimento.

A acompanhar estas divulgações no anexo, a empresa deveria apresentar, por ajustamento, o descritivo da natureza do mesmo ⁽¹³⁾.

¹³ Esse descritivo não é efectuado nesta parte do trabalho, uma vez que está evidenciado no ponto 4.2 deste trabalho.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS RÁCIOS FINANCEIROS

Após, no capítulo anterior, se ter efectuado a simulação da transição do balanço e da demonstração dos resultados do anterior normativo contabilístico para o SNC, neste capítulo são analisados os principais rácios financeiros, com referência à data de 31.12.2009. Este estudo, tem como objectivo averiguar se a mudança de normativo contabilístico resulta em diferenças significativas nos rácios financeiros. Neste sentido, serão analisados rácios de estrutura de capital, rácios de endividamento e rácios de rentabilidade. Considero ser bastante pertinente esta análise, uma vez, que grande parte dos leitores das demonstrações financeiras, como por exemplo, gestores, accionistas, fornecedores, clientes, analistas financeiros e entidades bancárias recorrem aos rácios financeiros para analisar a situação financeira e performance da empresa.

5.1 – Rácios de estrutura de capital

Os rácios de estrutura de capital permitem avaliar a forma como a empresa é financiada, isto é, se é maioritariamente financiada por capitais próprios ou capitais alheios. Adicionalmente possibilita também analisar qual a capacidade da empresa para responder às responsabilidades assumidas a médio e longo prazo, avaliando em consequência o risco de insolvência no longo prazo. Os rácios a analisar serão o de autonomia financeira e de solvabilidade.

O rácio de autonomia financeira é um indicador da forma de endividamento da empresa, isto é, avalia a capacidade da empresa financiar os seus activos através de meios próprios sem recorrer a financiamentos externos. Segundo Farinha (1994), quanto maior for a autonomia financeira, menor o risco da sociedade que esteja a ser objecto de análise. O rácio de autonomia financeira, é um rácio que constitui objecto de bastante atenção por parte de uma qualquer instituição financeira que esteja a analisar a possibilidade de concessão de crédito, uma vez que uma elevada autonomia financeira traduz um grande envolvimento dos accionistas no negócio da empresa, o que poderá constituir uma “garantia” de reembolso da dívida.

O cálculo deste rácio no Colombo é determinado conforme evidencia o quadro n.º 29.

Quadro n.º 29 - Rácio de autonomia financeira

Rácio: Autonomia Financeira		
Fórmula de Cálculo	POC	SNC
$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo Total}}$	$\frac{90.373.363}{656.652.732} = 14\%$	$\frac{159.613.627}{761.457.603} = 21\%$

Fonte: Elaboração própria

Pelo quadro n.º 29, verifica-se que o rácio de autonomia financeira com a mudança de normativo passa de 14% para 21%. Esta situação beneficia a empresa dado que é preferível ter um rácio de autonomia financeira mais elevado em virtude de demonstrar maior compromisso dos accionistas e menor necessidade de financiamento externo.

O indicador de solvabilidade permite avaliar a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos e avaliar o grau de risco, por parte dos seus credores, para futuras relações.

Quanto maior o seu valor, maior é a independência da empresa face às responsabilidades assumidas, pelo que cria uma maior segurança aos seus credores caso ocorra a sua liquidação ou dissolução. O cálculo deste rácio no Colombo é determinado conforme evidencia o quadro n.º 30:

Quadro n.º 30 - Rácio de solvabilidade

Rácio: Solvabilidade		
Fórmula de Cálculo	POC	SNC
$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capitais Alheios}}$	$\frac{90.373.363}{412.101.941} = 22\%$	$\frac{159.613.627}{410.431.816} = 39\%$

Fonte: Elaboração própria

A solvabilidade de uma instituição será tanto maior quanto maior for este rácio. Um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da empresa no futuro, pois significa uma elevada fragilidade económico-financeira. Assim, neste rácio verificamos que o mesmo é mais favorável à empresa quando calculado sob o novo normativo contabilístico, dado que apresenta um rácio de 39% em SNC, contra 22% segundo o POC. Esta situação, evidencia uma maior capacidade de resposta da empresa perante as responsabilidades assumidas.

5.2 – Rácios de endividamento

Os rácios de endividamento permitem determinar o nível de utilização dos capitais alheios da empresa e o grau de dependência quanto a terceiros e quanto a variações nos mercados de capitais como por exemplo, variações na taxa de juro. A análise destes rácios possibilita medir a capacidade das empresas em cumprir com as responsabilidades assumidas. Serão analisados os rácios de capacidade de endividamento, de endividamento e o debt-to-equity.

O rácio de capacidade de endividamento mede em que grau é que a empresa ainda pode recorrer ao financiamento externo, isto é, de recorrer a capitais alheios sem comprometer a sua solvabilidade e autonomia financeira. O cálculo deste rácio no Colombo é determinado como evidencia o quadro n.º 31.

Quadro n.º 31 - Rácio de capacidade de endividamento

Rácio: Capacidade de endividamento		
Fórmula de Cálculo	POC	SNC
$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{CP} + \text{Passivo não Corrente}}$	$\frac{90.373.363}{626.518.138} = 14\%$	$\frac{159.613.627}{739.841.553} = 22\%$

Fonte: Elaboração própria

Uma vez mais, verificamos que este rácio é mais favorável à empresa quando calculado segundo o novo normativo contabilístico, dado que é superior em 8%.

O rácio de endividamento indica qual o grau de endividamento da empresa. Quanto menor for este rácio menor será o peso dos capitais alheios na empresa. O cálculo do mesmo é determinado no quadro n.º 32:

Quadro n.º 32 - Rácio de endividamento

Rácio: Endividamento		
Fórmula de Cálculo	POC	SNC
$\frac{\text{Capitais alheios}}{\text{CP} + \text{Capitais alheios}}$	$\frac{412.101.941}{502.475.304} = 82\%$	$\frac{410.431.816}{570.045.443} = 72\%$

Fonte: Elaboração própria

Tal como evidenciado no rácio anterior, constata-se um grande peso dos capitais alheios na estrutura de financiamento da empresa. Adicionalmente, verifica-se, mais uma vez, que é preferível para a empresa apresentar as demonstrações financeiras de acordo com o SNC, dado que este rácio desce sensivelmente 10 pontos percentuais

O debt-to-equity é um rácio utilizado para analisar a relação entre as dívidas assumidas pela empresa e os seus capitais próprios. Trata-se de um indicador que é o inverso da solvabilidade e que, da mesma forma, avalia a capacidade da empresa para solver as responsabilidades assumidas. Este rácio é determinado pelo quadro n.º 33.

Quadro n.º 33 - Rácio debt to equity

Rácio: Debt to Equity		
Fórmula de Cálculo	POC	SNC
$\frac{\text{Capitais alheios}}{\text{Capital Próprio}}$	$\frac{412.101.941}{90.373.363} = 456\%$	$\frac{410.431.815}{159.613.627} = 257\%$

Fonte: Elaboração própria

Quanto menor for este rácio financeiro menor será o grau de dependência da empresa relativamente aos capitais alheios. Verificamos que o mesmo se encontra em consonância com os restantes rácios de endividamento analisados, isto é, apresenta valores mais favoráveis para a empresa quando calculado

segundo as demonstrações financeiras sob o novo normativo contabilístico. A diminuição deste rácio em quase 200% resulta do reforço dos capitais próprios decorrentes dos ajustamentos de transição para SNC.

5.3 – Rácios de rentabilidade

Os rácios de rentabilidade exprimem os fundos gerados pela empresa após remunerar os diferentes factores produtivos e liquidar os impostos que incidam sobre o rendimento da entidade. Em suma, determinam a eficiência na utilização dos recursos da empresa. São indicadores, numa óptica de curto prazo, do sucesso da gestão da empresa, ou seja, da capacidade da empresa em gerar ganhos em resultado da actividade desenvolvida. Os rácios de rentabilidade, que regra geral, são analisados pelos leitores das demonstrações financeiras, são o rácio da rentabilidade dos capitais próprios e o da rentabilidade do activo.

O rácio da rentabilidade dos capitais próprios mede a rentabilidade dos capitais investidos pelos accionistas da empresa. O mesmo é determinado conforme evidencia o quadro n.º 34:

Quadro n.º 34 - Rácio de rentabilidade dos capitais próprios

Rácio: Rentabilidade dos capitais próprios		
Fórmula de Cálculo	POC	SNC
$\frac{\text{RLE}}{\text{Capital Próprio}}$	$\frac{11.919.688}{90.373.363} = 13\%$	$\frac{(32.917.263)}{159.613.627} = -21\%$

Fonte: Elaboração própria

Conforme podemos verificar pelo quadro n.º 34, o rácio da rentabilidade dos capitais próprios apresenta valores bastante dispares quando calculado segundo os diferentes normativos, na medida que, segundo o POC a empresa apresenta uma rentabilidade dos capitais próprios positiva de 13%, sendo que, segundo o SNC a empresa apresenta um rácio de rentabilidade dos capitais próprios negativo de 21%. Para tal situação, contribui o facto de, em SNC, estar a ser considerado na demonstração dos resultados o efeito da desvalorização do ano da propriedade de investimento. Neste sentido, a empresa passa de um resultado líquido do exercício positivo de quase 12 milhões de euros em POC, para um resultado negativo em SNC de cerca de 33 milhões de euros. Esta variação no resultado líquido do exercício origina que, pelo estudo deste rácio de rentabilidade, a empresa passe de uma situação em que gera fundos para uma situação em que consome os recursos anteriormente gerados, o que poderá ser prejudicial no longo prazo.

Outro rácio utilizado para medir de rentabilidade da empresa, é o rácio da rentabilidade do activo. Este indicador mede a taxa de retorno dos capitais investidos na empresa, isto é, a capacidade do activo em

gerar lucro, sendo portanto identificado como a rendibilidade do negócio da empresa. Este é calculado conforme evidência o quadro n.º 35.

Quadro n.º 35 - Rácio de rendibilidade do activo

Rácio: Rendibilidade do activo		
Fórmula de Cálculo	POC	SNC
$\frac{\text{RLE}}{\text{Total do activo}}$	$\frac{11.919.688}{656.652.732} = 2\%$	$\frac{(32.917.263)}{761.457.603} = -4\%$

Fonte: Elaboração própria

À semelhança do que ocorre com o rácio da rendibilidade dos capitais próprios, também o indicador da rendibilidade do activo é bastante penalizado pela adopção do SNC, uma vez que o resultado líquido do exercício fica negativo após os ajustamentos de transição pelos motivos já citados. Assim, verifica-se que a empresa passa de uma situação em que gera retorno pelos investimentos efectuados para uma situação em que o seu activo não tem capacidade para gerar fundos.

Em suma, e concluindo sobre o estudo efectuado aos rácios financeiros, verifica-se que o impacto da adopção do SNC é elevado na análise das demonstrações financeiras da empresa. Por exemplo, a alteração do critério de valorização da propriedade de investimento e consequente registo na demonstração dos resultados da variação do justo valor entre datas de balanço, transforma o resultado líquido do exercício positivo em POC, num resultado negativo em SNC. Esta situação leva a que o Colombo passe de uma rendibilidade dos capitais próprios e rendibilidade dos activos positiva, para uma situação de deterioração dos mesmos rácios. Quanto aos restantes rácios analisados (rácios de estrutura de capital e endividamento) também se detectam diferenças significativas quando calculados segundo os dois normativos, essencialmente pelo reforço dos capitais próprios decorrente dos ajustamentos de transição. Assim, se por um lado a empresa é “prejudicada” pela adopção do SNC nos rácios de rendibilidade, dado que o resultado líquido do exercício fica negativo (o RLE decresce 376%), por outro lado é “beneficiada” pelo aumento dos capitais próprios (o capital próprio aumenta 77%). Neste sentido, e nesta empresa em concreto, julgo que se pode afirmar que o impacto da adopção do SNC é elevado e poderá levar os leitores das demonstrações financeiras a conclusões e consequentemente a decisões diferentes das que teriam, caso as demonstrações financeiras da empresa continuassem a ser apresentadas segundo o POC.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

O objectivo de concluir o mestrado de Ciências Empresarias no ISEG aliado à actividade profissional que desenvolvo, enquanto auditor na Deloitte, originou o presente trabalho. Este consistiu no estudo das principais alterações impostas pelo SNC com especial enfoque no incentivo dado à valorização de activos pelo justo valor. Outro estímulo que obtive para a realização deste trabalho, resultou do facto de ser extremamente importante para todos os leitores das demonstrações financeiras compreender os possíveis impactos da adopção do SNC, e em que medida é que a alteração de normativo contabilístico pode influenciar a interpretação e análise das demonstrações financeiras e dos rácios financeiros das empresas.

Neste estudo, foram analisados os impactos decorrentes da alteração do normativo contabilístico do POC para o SNC no Colombo, através da simulação do processo de transição entre normativos contabilísticos. Os resultados obtidos indicam que a alteração de normativo contabilístico resulta em diferenças significativas nas demonstrações financeiras da empresa. Ao nível do balanço, à data de 31 de Dezembro de 2009, verifica-se um aumento do activo no montante de quase 105 milhões de euros (o que representa uma subida de sensivelmente 16%), essencialmente devido à alteração do critério de mensuração da propriedade de investimento do custo histórico, para o justo valor e também pelo registo de impostos diferidos activos em virtude dos ajustamentos de transição efectuados.

O capital próprio da empresa também melhora com o processo de transição. Este aumenta quase 70 milhões de euros, o que representa uma variação de 77%. O aumento do capital próprio é explicado, essencialmente, pela revalorização efectuada à propriedade de investimento. Ainda ao nível do capital próprio da empresa, a rubrica de “resultado líquido do exercício” diminuiu quase 45 milhões de euros.

Ao nível do passivo também se denota uma variação significativa, dado que o mesmo passa de sensivelmente 566 milhões para cerca de 602 milhões, o que em termos relativos representa um aumento de 6%. Esse aumento é explicado pelo registo do justo valor do derivado de cobertura de taxa de juro e pelo registo do imposto diferido passivo resultante da revalorização positiva do activo não corrente. No entanto, o aumento do passivo vem minimizado pela anulação dos proveitos diferidos referentes aos direitos de ingresso, uma vez que os mesmos estão considerados no justo valor da propriedade de investimento.

Por sua vez, as variações no activo, passivo e capital próprio da empresa têm impacto nos rácios de estrutura de capital, endividamento e rendibilidade da empresa. Nos rácios de estrutura de capital denota-

se uma melhoria nos rácios de autonomia financeira e de solvabilidade. Estes aumentam de 14% para 21% e de 16% para 27% respectivamente, essencialmente pelo reforço dos capitais próprios. Este reforço dos capitais próprios também melhora o rácio do debt-to-equity, uma vez que o peso dos capitais alheios desce sensivelmente 200%. No entanto, os rácios de rendibilidade vêm prejudicados, dado que a rendibilidade dos capitais próprios passa de 13% em POC para -21% em SNC, e a rendibilidade do activo passa de 2% para -4%. A diminuição dos rácios de rendibilidade decorre do facto do resultado líquido do exercício ter passado de sensivelmente 12 milhões positivos em POC para cerca de 33 milhões negativos em SNC.

Neste sentido, torna-se preponderante compreender que ajustamentos poderão ser efectuados às demonstrações financeiras no processo de transição para o SNC, dado que, quando comparadas as demonstrações financeiras e os rácios financeiros segundo os dois normativos, estes apresentam valores significativamente diferentes. No caso do Colombo, as diferenças poderão levar os leitores das demonstrações financeiras a conclusões, e consequentemente, a decisões diferentes das que teriam caso as demonstrações financeiras continuassem a ser apresentadas segundo o POC. Assim ter a percepção do que poderão ser essas “diferenças”, é essencial para o processo de tomada de decisão.

Por outro lado, também considero ser pertinente destacar que o SNC é muito mais exigente que o POC ao nível das divulgações que são necessárias efectuar. Este facto vai contribuir para que todos os leitores das demonstrações financeiras tenham uma melhor percepção e entendimento da realidade da empresa e dos “números” que estão a ser apresentados.

Pessoalmente, foi com grande satisfação e gosto que desenvolvi este trabalho, uma vez que me permitiu não só adquirir conhecimentos teóricos sólidos relacionados com o novo normativo contabilístico, mas também, analisar os efeitos práticos da mudança de normativo e estudar algumas das divulgações que são necessárias efectuar no processo de transição.

Futuramente, e dado que este projecto foi desenvolvido à priori da divulgação por parte das empresas das suas demonstrações financeiras, considero não só ser pertinente analisar em termos reais os impactos da adopção do SNC, bem como alargar este estudo a um universo mais extenso de empresas, avaliando as decisões tomadas pelas mesmas (principalmente se respondem positivamente ou não ao incentivo dado pelo SNC à valorização de activos e passivos pelo justo valor) e também se estas se encontram a cumprir com todas as divulgações adicionais que são impostas pelo novo normativo contabilístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boto, Manuel Maria Reis (2009) - O guia do SNC Getting on the right track. Deloitte & Associados, SROC, S.A. p. 4-5.
- Cipriano, J. (2007). SNC - Sistema de Normalização Contabilístico, Manual de Apoio a acção de formação: CTOC.
- Comissão de Normalização Contabilística (1994), Directriz Contabilística n.º 13 – Conceito de justo valor.
- Comissão de Normalização Contabilística (1995), Directriz Contabilística n.º 16 – Reavaliação de activos imobilizados tangíveis.
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras.
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 2 – Demonstração de fluxos de caixa
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas de relato financeiro
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 10 – Custo de empréstimos obtidos.
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 7 – Activos fixos tangíveis.
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 11 – Propriedades de investimento.

- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 12 – Imparidade de activos
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 20 – Rédito.
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 25 – Impostos sobre o rendimento.
- Comissão de Normalização Contabilística (2009), Norma contabilística e de relato financeiro 27 – Instrumentos financeiros.
- Comissão de Normalização Contabilística, Projecto do Sistema de Normalização Contabilística, 2008
- Conceição, Liliana Cristina Pinho da (2009) - A opção pelo "justo valor" como método de avaliação de activos na adopção das IAS/IFRS em Portugal. Porto. 81 f. Tese de mestrado em Contabilidade apresentada à Faculdade de Economia
- Costa, J. I. P. (2008), O Impacto da adopção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras cotadas na Euronext Lisboa. Porto. 115 f. Tese de mestrado em contabilidade apresentada à Faculdade de Economia
- Decreto-Lei (DL) n.º 158/2009. D.R. I Série 133 (2009-07-13) 4375-4384.
- Deloitte & Associados, SROC, S.A. - O guia do SNC Getting on the right track. (2009). 72 p.
- Domingues de Azevedo (2008), A. As fragilidades das normas internacionais de contabilidade. TOC - Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, 103.
- Duque, J.(2008) Em defesa do justo valor. TOC - Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, 105

- Encarnação, Carina Fabíola Gonçalves da (2009) - Os impactos da alteração normativa em Portugal. Lisboa. 83 f. Projecto de mestrado em finanças e controlo empresarial apresentado ao ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
- Estrutura Conceptual do SNC emitida pela Comissão de Normalização Contabilística
- Farinha, Jorge Bento Ribeiro Barbosa (1994) - Análise de rácios financeiros. 35 p.
- Guimarães, Joaquim Fernando da Cunha. Jornal Vida Económica n.º 1024, de Outubro de 2003, p. 36
- IASB (2004), Norma Internacional de Contabilidade 1 – Apresentação de demonstrações financeiras
- IASB (2004), Norma Internacional de Contabilidade 16 – Activos fixos tangíveis
- IASB (2004), Norma Internacional de Contabilidade 40 – Propriedades de investimento
- IAPMEI – Indicadores Económico-financeiros de gestão: <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1199> e <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1201>
- IAPMEI – Rácios Essenciais da Gestão: <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-02.php?id=37&temaid=6> e <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-02.php?id=37&temaid=6>
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD: Statement of Financial Accounting Standards (SFAS n.º157) - Fair Value Measurements (2006)
- Lantto, A..M. e Sahström, P. (2009), “Impact of International Financial Reporting Standard on key financial ratios”, Accounting and Finance 49 (2009)
- Pinto, J. A. P. (2006). O papel da normalização contabilística em Portugal. TOC revista da câmara dos técnicos oficiais de contas, n.º 81

- Pita, I. F. e I. G. Gutiérrez (2006), “La Contabilidad Según Valor Razonable”, disponível no sítio da Internet: www.cemla.org/pdf/acp/dp-0607-bde.pdf
- Poon, Win W. (2004) Using fair value accounting for financial instruments. American Business Review p. 39-41.
- Portaria nº 986/2009. D.R. I Série 133 (2009-07-13) 4375-4384
- Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002 - aplicação das normas internacionais de contabilidade
- Rodrigues, João (2009) - Sistema de normalização Contabilística explicado. Porto: Porto Editora. 855 p. ISBN 978-972-0-32643-0
- Santos, Maria do Rosário Queiroz da Silva de Carvalho dos Reis dos (2009) - Activos fixos tangíveis numa empresa de prestação de serviços - transição para o Sistema de Normalização Contabilística. Lisboa. 82 f. Projecto de mestrado em contabilidade apresentado ao ISCTE - Instituto universitário de Lisboa
- Silva, M. I. C. F. d., e Engana, A. B. (2008). SNC - Um novo modelo contabilístico e de relato financeiro, XIII encontro AECA p. 9-14. Aveiro
- SONAE SIERRA SGPS, S.A., Relatório & Contas da sociedade a 31 de Dezembro de 2009 disponível em <http://www.sonaesierra.com/uploadfiles/reports/ba3bf4bd-d4d5-4679-b6d4-793817ab6b3d.pdf>
- Sonae Sierra, Press kit disponível em <http://www.sonaesierra.com/uploadfiles/cprofile/20b13c25-fff1-4ac4-acbd-3747df733807.pdf>
- www.rics.org

ANEXOS

ANEXO 1 – Balancete geral do Colombo a 31.12.2008 e a 31.12.2009

Rubrica	Descrição	31.12.2009	31.12.2008
1201900000	DO-Movim Banco BPI	8.808	1.573
1209900000	DO-Movim Banco CGD	38.696	5.304
1215900000	DO-Movim Banco BPA	(3.248.486)	(2.535.355)
1217000000	BPA-PARQUE ESTACION.	133.246	345.665
1215100000	DO-Movim Tesour BPA	-	(2.583)
2110100000	ADMINIST. E GESTÃO	4.364.016	3.087.308
2110900000	SERVIÇOS DIVERSOS	74.810	263
2210000000	FORNECEDORES C/C	(329.687)	(331.634)
2210100000	FORNECEDORES C/C-MC	(132.314)	(408.755)
2290000000	ADIANT.A FORNECED.	240	-
2311111000	EMP.OBT.-BANC-MLP-R	(225.500.000)	(225.500.000)
2416000000	IMPOSTO A PAGAR	(2.486.070)	(1.683.472)
2428000000	NÃO RESIDENTES	(108.493)	(377.585)
2433111700	IVA LIQUIDADO - O.G.	(20)	-
2436000000	IVA A PAGAR	(1.488.450)	(1.251.454)
2441500000	I. SELO A PAGAR	(5)	-
2422300000	IRS-ACTIV.EMPRESARIA	-	(400)
2521111001	EMP.GRUP-OBT-MLP-REM	(183.353.455)	(179.353.455)
2611210000	FORN.IMOB.C/C -CORP.	(549.725)	(3.108.647)
2611400000	FORN.IMOB.-RETENÇÕES	(238.147)	(361.276)
2671000000	CONSUL.ASSESS.INTER.	(3.078)	-
2681900000	DEV.DIVERSOS -OUTROS	451.225	9.459
2684040000	DIREITOS DE INGRESSO	1.488.798	1.234.959
2684070000	COMISSÕES DI'S A PAG	(57.376)	(48.580)
2684080000	FUNDO MANEIO PARQUE	42.000	42.000
2684090000	C.M.L.-VALOR RECEBER	15.553.907	15.553.907
2684110000	PAG.CONTA- VAL.DEBIT	774	774
2684170000	COMISSÕES RENDAS PAG	(217.799)	(135.725)
2684190000	C.M.L.-VALOR A PAGAR	(6.486.748)	(6.486.748)
2685020000	CAUÇÕES DE TERCEIROS	1.511	1.511
2689800000	OUTROS VAL.A REGULAR	1.351	1.254
2689812000	VAL.A REGULAR - DIV.	1.735.841	1.735.841
2682020000	CRED.DIVERSOS-OUTROS	-	(96.000)
2682030000	CRED.DIV.CAT.B e F	-	(874)
2713100000	RECUPERAÇÃO CUSTOS	984	2.930.830
2713100200	RECUP. CUSTOS-TAXAS	354.431	353.126
2714010000	REMUNERAÇÃO MINIMA	733.652	43.524
2714020000	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	864.826	802.391

Rubrica	Descrição	31.12.2009	31.12.2008
2714030000	REMUNERAÇÃO ESPAÇOS	191.600	280.732
2714150000	VENDA DE ENERGIA	201.674	781.462
2721310000	COMISSÕES S/DI'S	235.373	252.838
2721320000	COMISS.S/REMUNERAÇÕES	614.853	619.659
2721400000	DESPESAS COMUNS	7.327	7.531
2721500000	SERV. GESTÃO-PARQUE	290.892	352.535
2721900000	SERV. GESTÃO-COGERAÇ	1.070.955	-
2721901000	Gr. Rep. Cogeração	411.483	68.071
2722109000	EDIFICIO-PATRIMÓNIO	30.085	56.170
2722110000	RESPONSABIL. CIVIL	1.877	1.665
2722113000	SEGURO-PERDAS EXPLOR	25.945	13.861
2722119000	SEGUROS OUTROS	521	865
2729100000	BENFEITORIAS	2.343.193	2.634.135
2729400001	CUSTOS FINANCEIROS -	6.500	-
2729420000	CUSTOS DIFERIDOS CUS	1.670.126	1.846.674
2729900000	DIVERSOS	1.833.696	1.864.946
2733110000	JUROS EMPR.BANCÁRIOS	(34.084)	(70.727)
2733410000	JUROS DE SUPRIMENTOS	(528.201)	(808.446)
2733500000	JUROS PAGAR DERIVADO	(99.045)	(30.217)
2733910000	Comissão Imob	(8.221)	-
2736100000	CONTRIB.AUTÁR.ARTº74	(1.939.036)	(1.949.918)
2736400000	ACRESC.CUSTOS-TAXAS	(668.304)	(666.384)
2739100000	TRAB.ESPECIALIZADOS	(14.354)	(14.354)
2739200000	HONORÁRIOS	(2.547)	(2.452)
2739400000	ACRÉSCIMO IMOBILIZAD	(3.229.503)	(8.258.458)
2739940000	ACRÉSCIMO CUSTOS - O	(148.383)	(203.004)
2741120000	REM. MÍNIMA MENSAL	(3.300.030)	(3.503.528)
2741120100	REMUNERAÇÃO ESPAÇOS	(24.774)	(28.648)
2741270000	SERV. GESTÃO -P.E.	(27.696)	-
2741310000	DIREITOS DE INGRESSO	(24.908.982)	(22.793.005)
2741320000	DI'S IMP.MENSAL	17.020.045	14.295.593
2741330000	PROJECTO NNNT	(250)	(250)
2749900000	OUTROS PROV. DIF.	(123.318)	(123.318)
2762000000	PASSIVOS IMPOSTO DIF	(50.690.817)	(50.798.322)
2762081000	IMPOSTO DIF. REAV. L	(73.352.016)	(73.352.016)
2739500000	A.C.CUSTOS COGERAÇÃO	-	(947.923)
4211000000	TERRENOS REC.NATUR.	73.171.682	73.171.682
4219000000	TERRENOS R.N.-R.E.	134.717.370	134.717.370
4221000000	EDIFICIOS OUT.CONST.	148.269.166	148.269.166
4229000000	EDIF.OUT.CONST.-R.E.	276.703.724	276.703.724

Rubrica	Descrição	31.12.2009	31.12.2008
4231000000	EQUIPAMENTO BÁSICO	70.660.865	68.003.120
4241000000	EQUIP. TRANSPORTE	31.656	31.656
4251000000	FERRAMENTAS UTENSIL.	18.714	18.714
4261000000	EQUIP.ADMINISTRATIVO	314.932	315.997
4291000000	OUTRAS IMOB.CORP.	1.447.716	1.201.262
4330000000	PROP.IND.OUT.DIREIT.	1.741	13.822
4350000000	DOAÇÕES	-	22.829.880
4360000000	CUST.FINANC.CAPITAL.	-	42.486.553
4424290000	CIVIL II - OUTROS	2.738.657	4.852.613
4424890000	OUT.EMPREIT.DIVERSAS	490.846	478.846
4822000000	A.ACUM.EDI.OUT.CONS.	(34.508.177)	(31.542.794)
4823000000	A.ACUM.EQUIP.BÁSICO	(51.202.178)	(48.559.231)
4824000000	A.ACUM.EQUIP.TRANSF.	(31.656)	(31.656)
4825000000	A.ACUM.FERRA.UTENSIL	(18.714)	(18.714)
4826000000	A.ACUM.EQUIP.ADMNIS.	(314.572)	(315.211)
4829000000	A.ACUM.OUT.IMOB.CORP	(622.794)	(443.744)
4833000000	A.ACUM.PROP.IND.OUT.	(1.458)	(13.364)
4835000000	AMORT.ACUM.DOAÇÕES	-	(22.829.880)
4836000000	A.ACUM.CUST.FINANCIA	-	(42.486.553)
5110000000	CAPITAL SOCIAL	(46.211.700)	(46.211.700)
5690000000	RESE.REAVLIA.LIVRE	(79.380.247)	(79.380.247)
5692000000	IMP.DIF.REL.REAV.LIV	21.035.765	21.035.765
5710000000	RESERVAS LEGAIS	(9.242.340)	(9.242.340)
5990000000	RESUL.TRANSITADOS	10.578.584	4.341.076
5991000000	RESULT.TRANS.IMP.DIF	11.669.341	11.776.846
5993000000	POC - Resultados Tra	13.096.921	13.096.921
6221400000	OUTROS FLUIDOS	10.160	33.910
6221700000	MATERIAL ESCRITÓRIO	(183)	556
6222200000	COMUNICAÇÃO	196	106
6222302000	SEG.RESPONS.CIVIL	6.387	6.163
6222312000	SEGURO PERDAS EXPL.	88.047	54.438
6222315000	SEGUROS PERDAS PROD	1.333	4.254
6222316000	SEGUROS PATRIMONIO	140.353	226.805
6222910000	HONOR-SUJEITOS A IRS	2.500	15.500
6223100000	CONTENCIOSO NOTAR.	575	2.682
6223241000	POC-CONSERVAÇÃO REPA	140.366	210.219
6223248800	CONS.REP-CHANGE SHOP	206.801	28.234
6223248900	CONS.REPARAÇÃO	148.764	463.576
6223604210	G.R. REMUNE. MINIMA	1.208.324	1.453.098
6223604220	G.R. REMUNE.VARIÁVEL	183.465	253.898

Rubrica	Descrição	31.12.2009	31.12.2008
6223604230	G.R. REMUNE. ESPAÇOS	205.202	207.277
6223604240	G.R. TX.CESSÃO POS.	110	4.982
6223604260	TRAB.ESP.-GESTÃO PAT	1.935	1.935
6223604270	TRAB.ESP.-ENC.ADMIN.	157.903	9.130
6223604300	SERV.GESTÃO PARQUE	2.595.950	2.305.844
6223604400	SERV.GESTÃO COGERAÇÃO	2.120.003	3.158.218
6223604600	SERV.GESTÃO MDS	11.724	-
6223604710	TR.ESP.ASSET MAN.JV	3.175.532	3.270.044
6223604720	TRAB.ESPEC. - ASSET	176.341	171.205
6223604800	TRAB.ESPEC.-ANALISE	64.000	46.500
6223605100	COMISSÕES S/D.I.'S	80.945	77.061
6223605200	COMISSÕES S/REMUNER.	193.238	196.282
6223606000	DESPESAS COMUNS	240.527	119.125
6223607000	TRAB.ESPEC. R.O.C.	10.242	9.972
6223608000	TRAB.ESPEC.SER.AUDI.	1.850	-
6223609000	TRAB.ESPEC.OUTROS	8.174	2.012
6223615000	CONSULTADORIA ESTUDO	14.000	13.325
6223617000	GESTÃO DE CACIFOS	1.032	1.605
6223622000	TRAB.ESP. - Ser. Jur	73.966	89.534
6223628000	TRAB.ESP.OUT.FEES	1.842	312
6223629000	TRAB.ESP. - CUSTOS A	155.350	-
6223910000	SERVIÇOS DIVERSOS	536	-
6229891000	RATEIO DE CUSTOS	37.562	117.921
6229893000	SERV.DIV.MAL DOCUMEN	31	-
6229894000	CUSTOS A RECUPERAR	174.052	49.807
6223230000	CONS.REP.OUTROS	-	2.969
6313000000	IMPOSTO DE SELO	6.677	2.147
6313100000	IMPOSTO SELO S/JUROS	202.226	501.346
6313300000	I.S. S/COM. GARANTIA	3	3
6314000000	IMPOSTO S/TRANS.RODO	29	-
6317100000	TAXA DE CONSERVAÇÃO	446.129	441.347
6325000000	I.M.I.	1.936.630	1.893.750
6317000000	POC - TAXAS	-	1.096
6521000000	QUOTAS	600	600
6591000000	BENFEITORIAS	1.031.642	1.294.027
6592000000	OUTROS	32.170	31.250
6622000000	EDIF. OUTRAS CONST.	2.965.383	2.965.383
6623000000	EQUIPAMENTO BÁSICO	2.642.947	3.695.168
6626000000	EQUIP.ADMINISTRATIVO	427	426
6629000000	OUTRAS IMOB.CORP.	179.050	150.158

Rubrica	Descrição	31.12.2009	31.12.2008
6633000000	PROP.IND. OUT.DIR.	174	174
6811130000	JUROS DE DESCOBERTO	58.384	17.560
6811220000	JUROS EMPRÉSTIMOS	5.012.433	12.506.142
6813220000	EMP.OBTIDO-GRUPO-MLP	10.224.959	12.838.061
6818500000	J.SUP. - DERIVADOS	7.016.533	30.217
6850200000	D.CÂMBIO DES.FORNECE	13.209	68.637
6880400000	DESP.C/GARAN.BANCÁRI	84	84
6880800000	COMISS. GESTÃO-FINAN	16.074	22.364
6881100000	COMISSÕES DIVERSAS	25.418	9.134
6882000000	Encargos de Emissão	176.549	167.317
6889900000	OUTR. DESP.BANCÁRIAS	1.580	2.382
6813220010	EMP.OBT.MLP-JV MF	-	1.564.908
6951100000	MULTAS FISCAIS	200	-
7210610000	REMUNERAÇÃO MÍNIMA	(42.245.523)	(41.682.744)
7210611000	ENCARGOS ADMINISTRATI	(1.429.140)	(185.515)
7210620000	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	(1.275.030)	(1.472.718)
7210630000	REMUNERAÇÃO ESPAÇOS	(1.413.593)	(1.477.732)
7210640000	TAXA DE CESSÃO	(6.742)	(27.470)
7210691000	PATROCÍNIOS	(8.600)	(8.600)
7210952000	RECEITA PARQ.-AVENÇA	(360.117)	(249.605)
7210953000	RECEITA PARQ.-MPA	(3.483.646)	(5.088.874)
7210954000	RECEITA PARQ.-CX Man	(5.263)	(5.990)
7210955000	RECEITA PARQ.-Senhas	(72.060)	(106.496)
7210956000	RECEITA PARQ.-Valyma	(435.123)	(554.389)
7210957000	RECEITA PARQ.-CrediP	(11.282)	(21.749)
7210959000	RECEITA DE PARCÓMETR	(1.991.669)	(134.770)
7211500000	RECEITAS DE CACIFOS	(5.916)	(10.730)
7220517000	Análise Projectos Lo	(44.500)	(45.500)
7220900000	FIT-OUTS REMUN.OBRAS	(315.912)	(310.368)
7240100000	PROJECTO NTBD	(4.694)	(5.632)
7210612000	DESPESAS COMUNS	-	(18.605)
7240500000	PROJ.SONAESH.NOVIS	-	(203)
7290000000	OUT.PROV.OPER.OUTROS	-	(26.780)
7330200000	V.ENERGIA TÉRMICA-DC	(476.104)	(511.495)
7330300000	V.ENERGIA ELÉCTRICA	(2.899.570)	(3.610.591)
7391200000	TX.CAMARÁRIAS	(355.492)	(353.893)
7391210000	Manut.Red. B.e Média	(55.888)	(55.888)
7391970000	RECUPERAÇÃO DE CUSTO	(170.570)	(50.082)
7391990000	DIVERSOS	(37.562)	(117.921)
7620000000	DIREITOS INGRESSO	(2.724.452)	(2.599.795)

Rubrica	Descrição	31.12.2009	31.12.2008
7811100000	DEPOSITOS À ORDEM	(70)	(6.059)
7811400000	POC - JUROS OBTIDOS	(4.646)	(113.345)
7850200000	D.CÂMBIO FAV.FORNECE	(593)	(342)
7818500000	JUROS OBT. DERIVADOS	-	(475.216)
7981800000	ANULAÇÃO DE SALDOS	(7)	-
7989000000	DIVERSOS -PROV.EXTR.	(10.000)	(1.651)
7981200000	EXCESSO EST.IMPOSTOS	-	(1.265)
8600000000	IMP.S/RENDIM.EXERCIC	4.295.428	2.257.341